

Audiência Pública Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF 3º Quadrimestre 2015

Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000

3º Quadrimestre 2015

Diário Oficial do Estado nº 20.229, de 29/01/2016

Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre/2015;

Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 6º Bimestre/2015

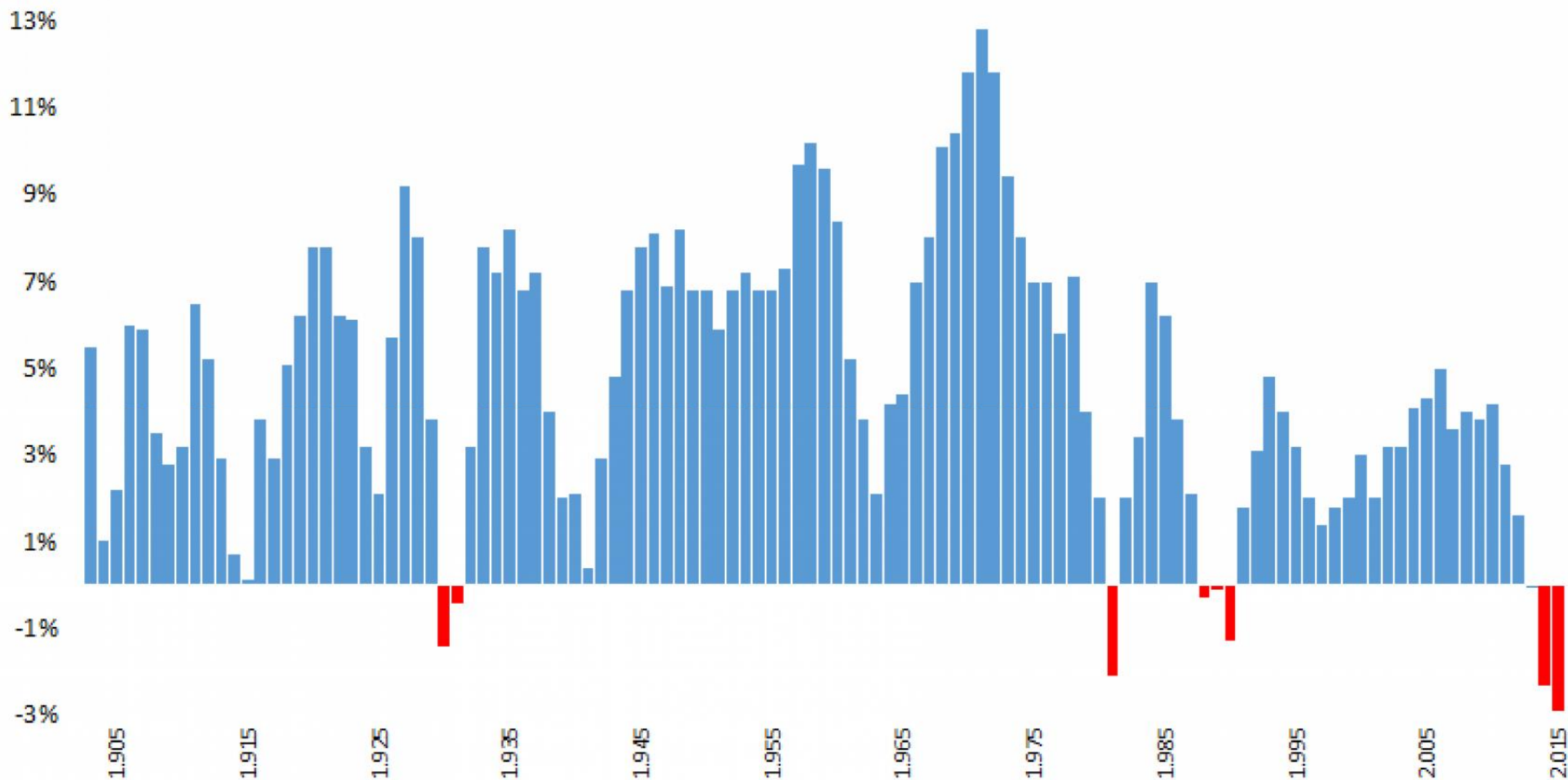
Florianópolis, 13 de abril de 2016



A Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que foi um marco nas finanças públicas do Brasil, criou regras e limites para uma **gestão fiscal responsável**, visando ao **equilíbrio das contas públicas**. Neste sentido, além de impor o estabelecimento de metas de resultado primário e nominal a serem atingidas, a LRF fixou limites para as despesas com pessoal, endividamento, operações de crédito, garantias e contragarantias, bem como a inscrição de restos a pagar.



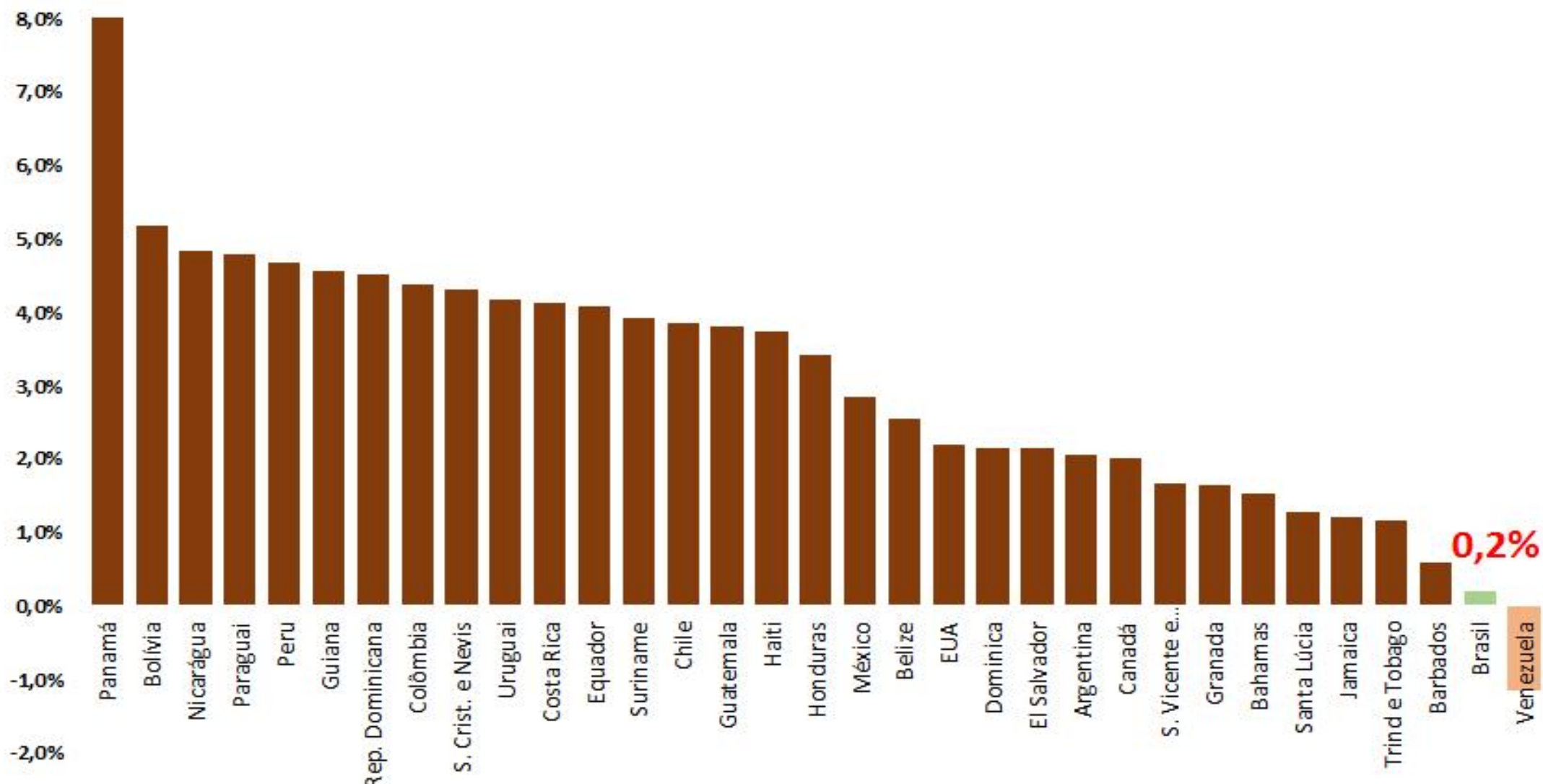
Crescimento % Médio do PIB a cada três anos



Fonte: Ricardo Amorim



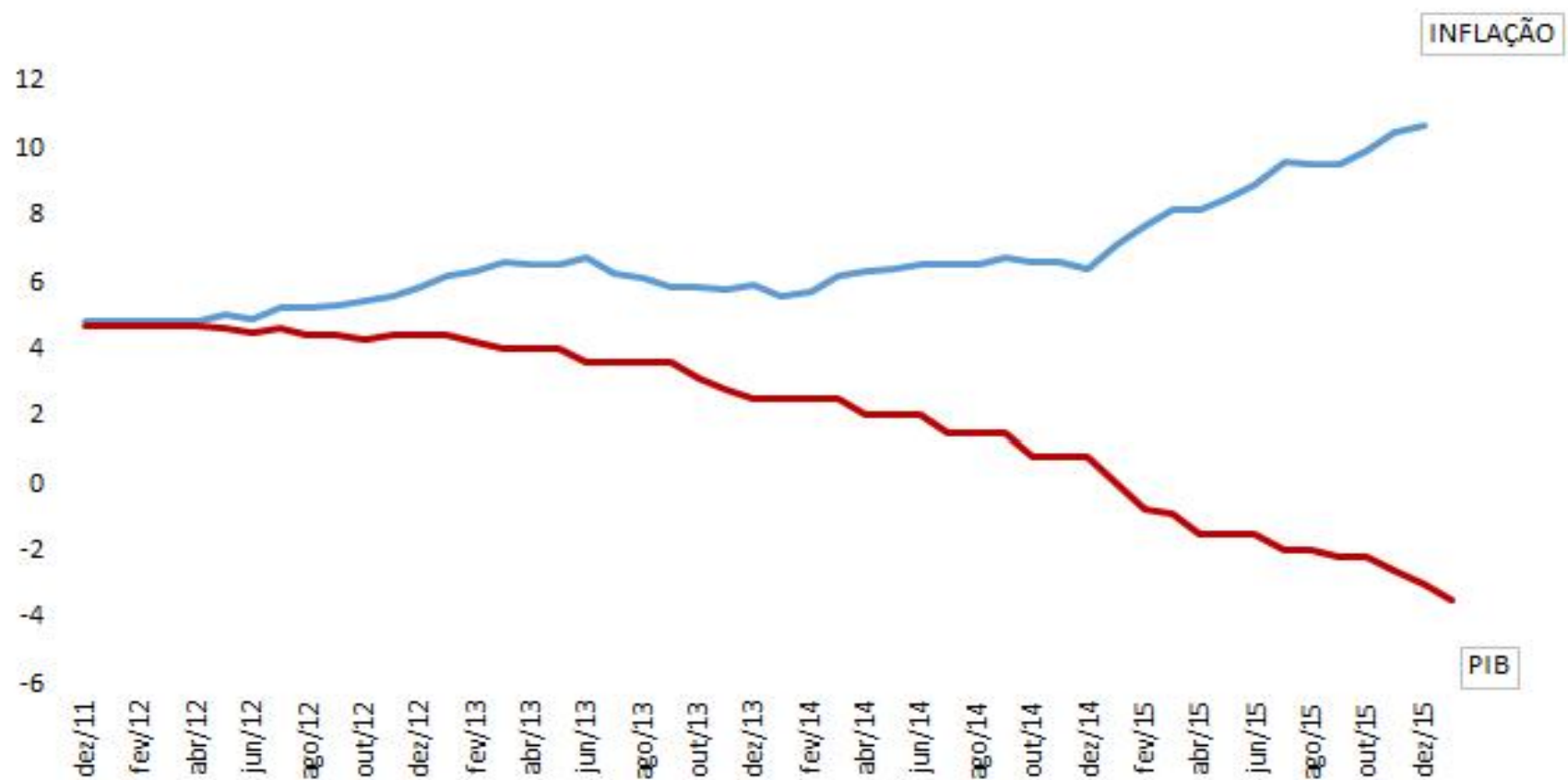
% Crescimento Anual do PIB (2011 A 2016)



Fonte: Ricardo Amorim



“Boca do Jacaré”



Fonte: Ricardo Amorim



Índice de (Des)confiança da Indústria



Fonte: Ricardo Amorim



Estados recorrem a 'impostação' para tentar recompor as finanças

de São Paulo e São Paulo
de São Paulo e São Paulo
de São Paulo e São Paulo

Em meio a um cenário de crise econômica, os Estados brasileiros estão recorrendo a uma estratégia conhecida como 'impostação' para tentar recompor as finanças. Essa medida consiste em aumentar a alíquota de impostos sobre o consumo, como o ICMS e o IPTU, para gerar mais receita. No entanto, essa medida é controversa, pois pode levar a uma redução no consumo e, consequentemente, em outras fontes de receita. Além disso, a 'impostação' pode ser vista como uma forma de regressão, onde os mais pobres pagam proporcionalmente mais impostos. Apesar disso, alguns governos estaduais continuam adotando essa estratégia como uma forma de lidar com a crise financeira.

PA, ES e SC abrem mão de elevar carga tributária

Estados adotaram a estratégia de reduzir alíquota de impostos, cortar gastos e buscar receitas alternativas

Na contramão do restante do País, alguns poucos Estados conseguiram deixar os aumentos de impostos de lado em 2016 e recorreram a receitas alternativas, como melhorias de gestão, cortes de gastos e até mesmo redução de alíquotas. A recompensa veio em forma de equilíbrio entre receitas e despesas.

O caso do Pará é um dos mais simbólicos. "A nossa estratégia é outra: reduzir alíquotas. Em agosto do ano passado, por exemplo, fizemos algumas reduções, como no segmento de bebidas", explica Nilo Noronha, secretário de Estado da Fazenda do Pará. Com a medida, a arrecadação no segmento aumentou 0,4%, enquanto o volume de vendas cresceu quatro vezes.

"Acreditamos que aumentar a alíquota para suprir a necessidade de arrecadação do Estado é ilusório, pois fomentará ainda mais o desemprego, a recessão e a retração da economia", afirma o secretário. Diante dos bons resultados apurados, o Estado já se prepara para reduzir alíquotas nas áreas de transporte, diesel, trigo, entre outros.

Para Raul Velloso, especialista em contas públicas, a estratégia é acertada. "Acredito que os Estados devem buscar as soluções num contexto de ampliação de base de incidência, e não de aumento de alíquota." Outros Estados vêm adotando alternativas para equilibrar o orçamento sem onerar empresas e consumidores. No Espírito San-

• Contramão
"Acreditamos que aumentar a alíquota para suprir a necessidade de arrecadação do Estado é ilusório, pois fomentará ainda mais a recessão."
Nilo Noronha
SECRETÁRIO DA FAZENDA DO PARÁ

to, a opção foi pela redução de gastos e pela adoção de tecnologias e de gestão tributária. "Havia espaço para melhorar muito a arrecadação própria, então passamos a tributar melhor", conta a secretária de Fazenda, Ana Paula Vescovi. Com as mudanças de gestão promovidas no fisco estadual, houve recuperação de cerca de

R\$ 500 milhões em 2015, o que permitiu equalizar o caixa mesmo com a perda de R\$ 416 milhões em royalties e participações especiais por causa da queda nos preços de petróleo e minério de ferro, importantes itens da pauta econômica capitalista. O Estado também abriu um Refis, programa de refinanciamento de débitos tributários, e

está revendo benefícios fiscais concedidos em anos anteriores. "Em 2015, conseguimos equilibrar o caixa e, contando os repasses, tivemos superávit de R\$ 206 milhões. Em 2016, o objetivo é o mesmo", diz Ana Paula.

Em Santa Catarina, a saída encontrada pela Secretaria da Fazenda foi bater à porta de quem estava devendo. "Se uma empresa atrasar a parcela hoje, amanhã já tem um auditor ligando para saber o que aconteceu. Com isso, os inadimplentes são 93% do imposto declarado", conta o secretário estadual de Fazenda, Antônio Gavazzoni.

Por meio do 'SC - Acelerando a Economia', o Estado também reduziu a burocracia para empresas que tinham interesse em apostar em Santa Catarina. Depois disso, a BMW inaugurou uma fábrica em 2014 e a Bluestar Silicons transferiu sua operação de São Paulo para o Estado. A Cremer também construiu uma unidade no ano passado. Chegaram ainda aportes na área de energia, com o licenciamento para construção de pequenas centrais hidrelétricas.

O governo de Santa Catarina também está contingenciando de 10% a 20% dos orçamentos de diferentes pastas. No ano passado, o caixa teve um déficit de R\$ 280 milhões, compensado pelas reservas do Tesouro. O objetivo em 2016 é equilibrar receitas e despesas, embora ainda haja R\$ 1,2 bilhão poupado no longo dos últimos anos para enfrentar o período de crise. **J.A.S.P./A.L.T.**

ESTADÃO

08/03/2016

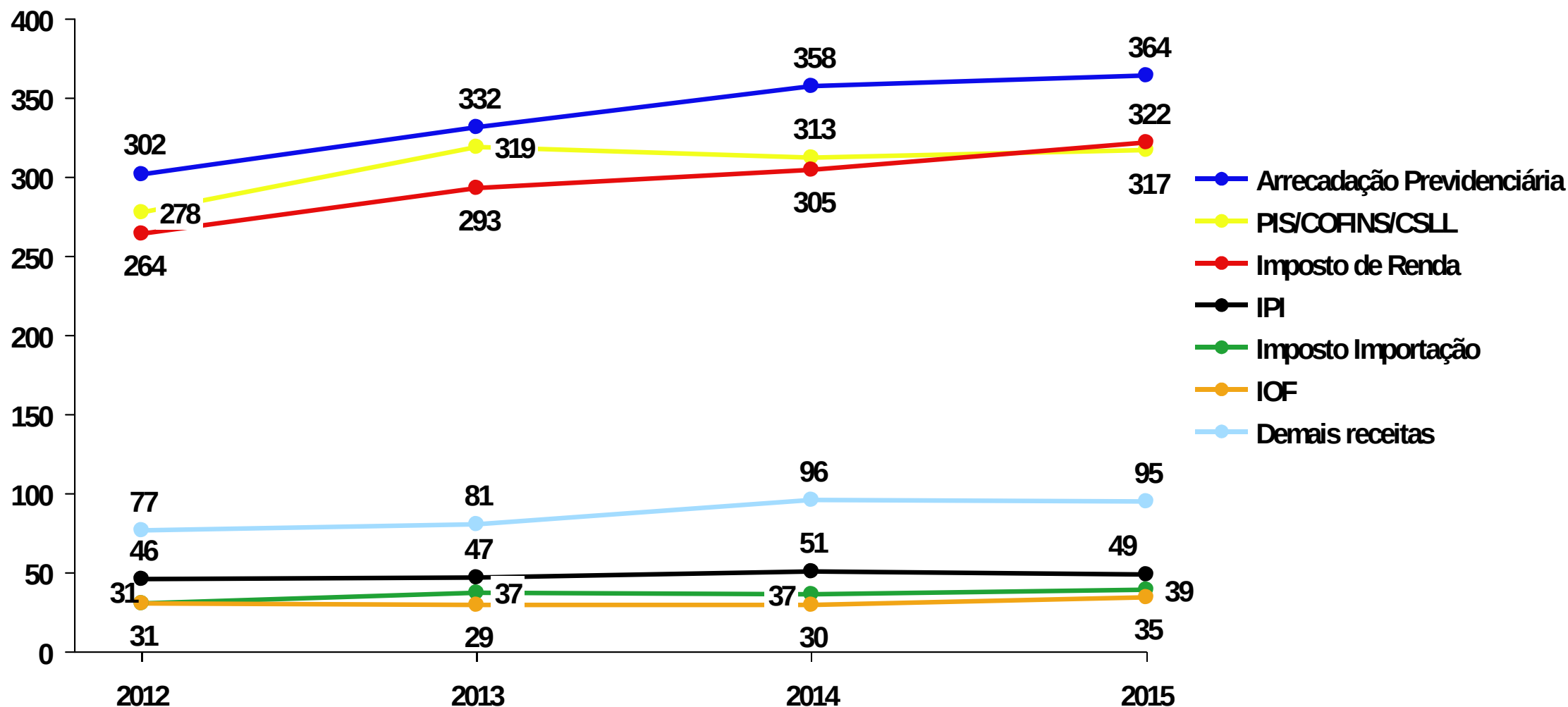


Alternativa. Saída encontrada pela Secretaria da Fazenda de Santa Catarina foi monitorar de perto os inadimplentes



Receita Federal do Brasil - RFB

Bilhões R\$

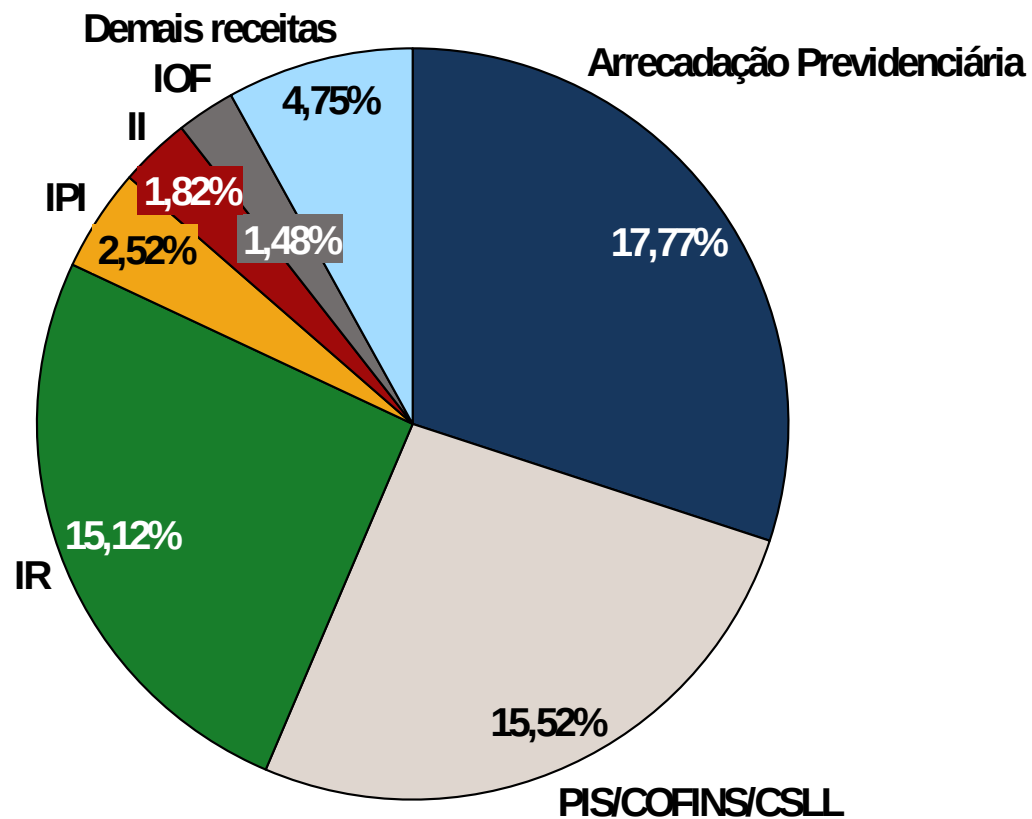


Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil

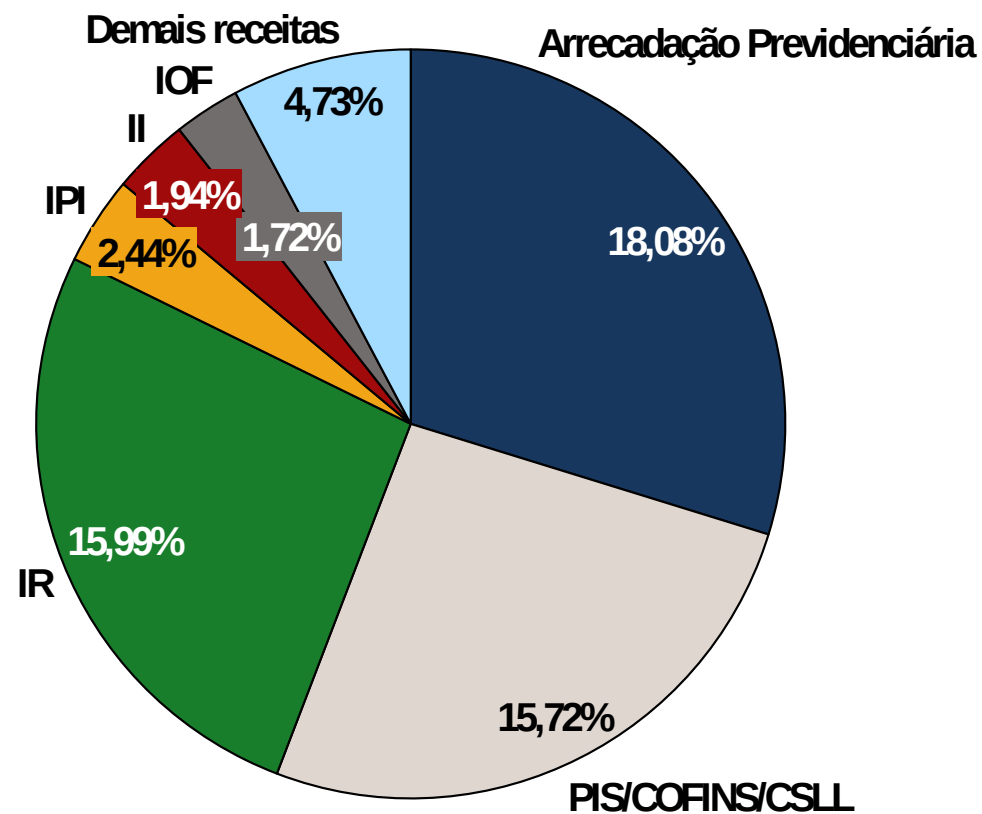


Arrecadação do Governo Federal

Receita Federal do Brasil - RFB



2014



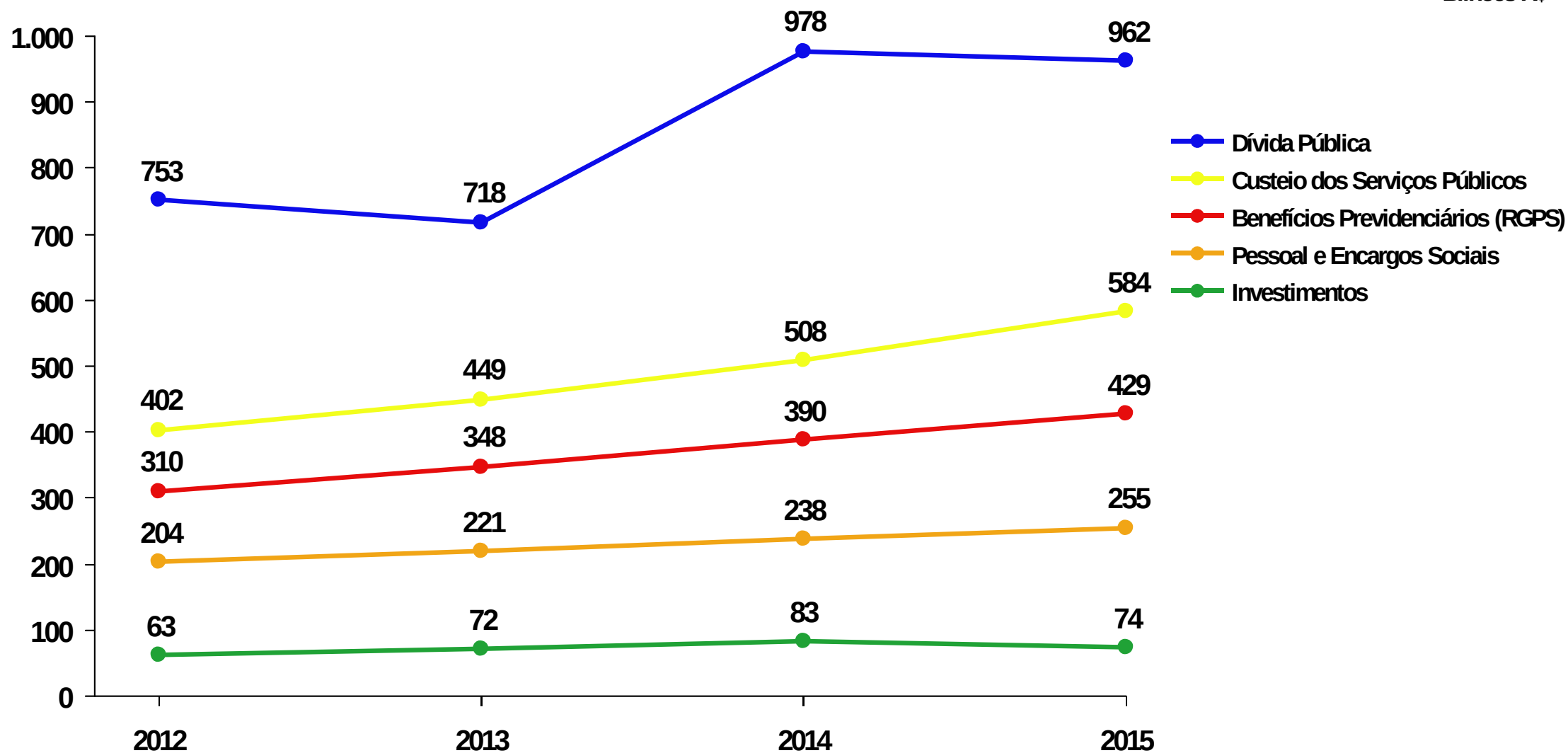
2015

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil



Despesas do Governo Federal

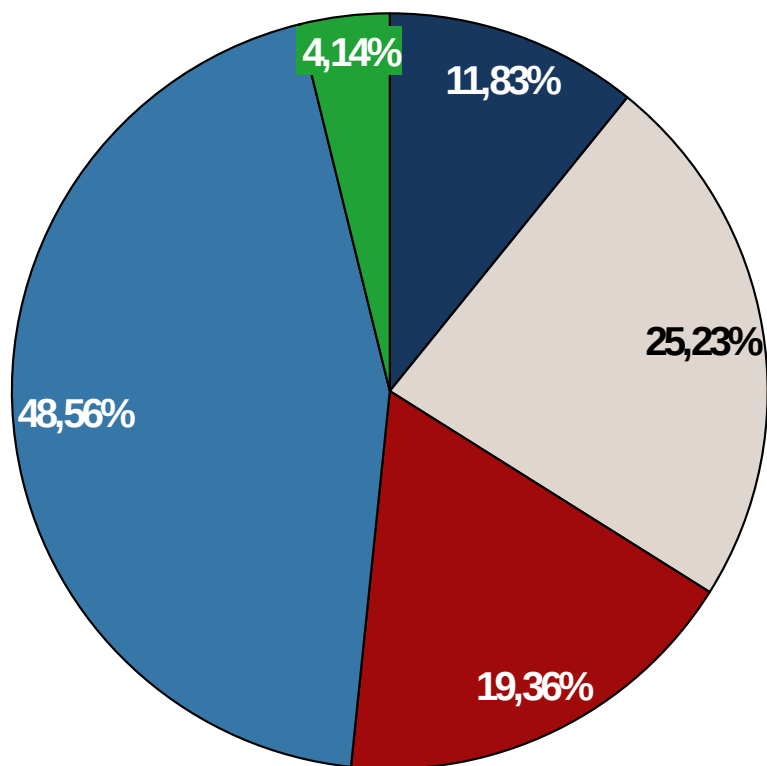
Bilhões R\$



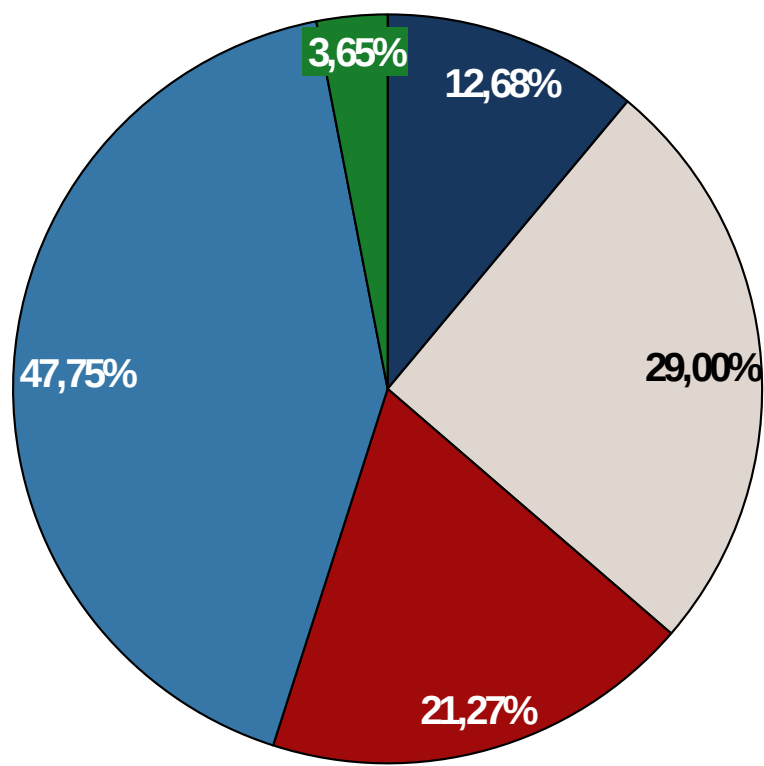
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do Governo Federal



Despesas do Governo Federal



2014



2015

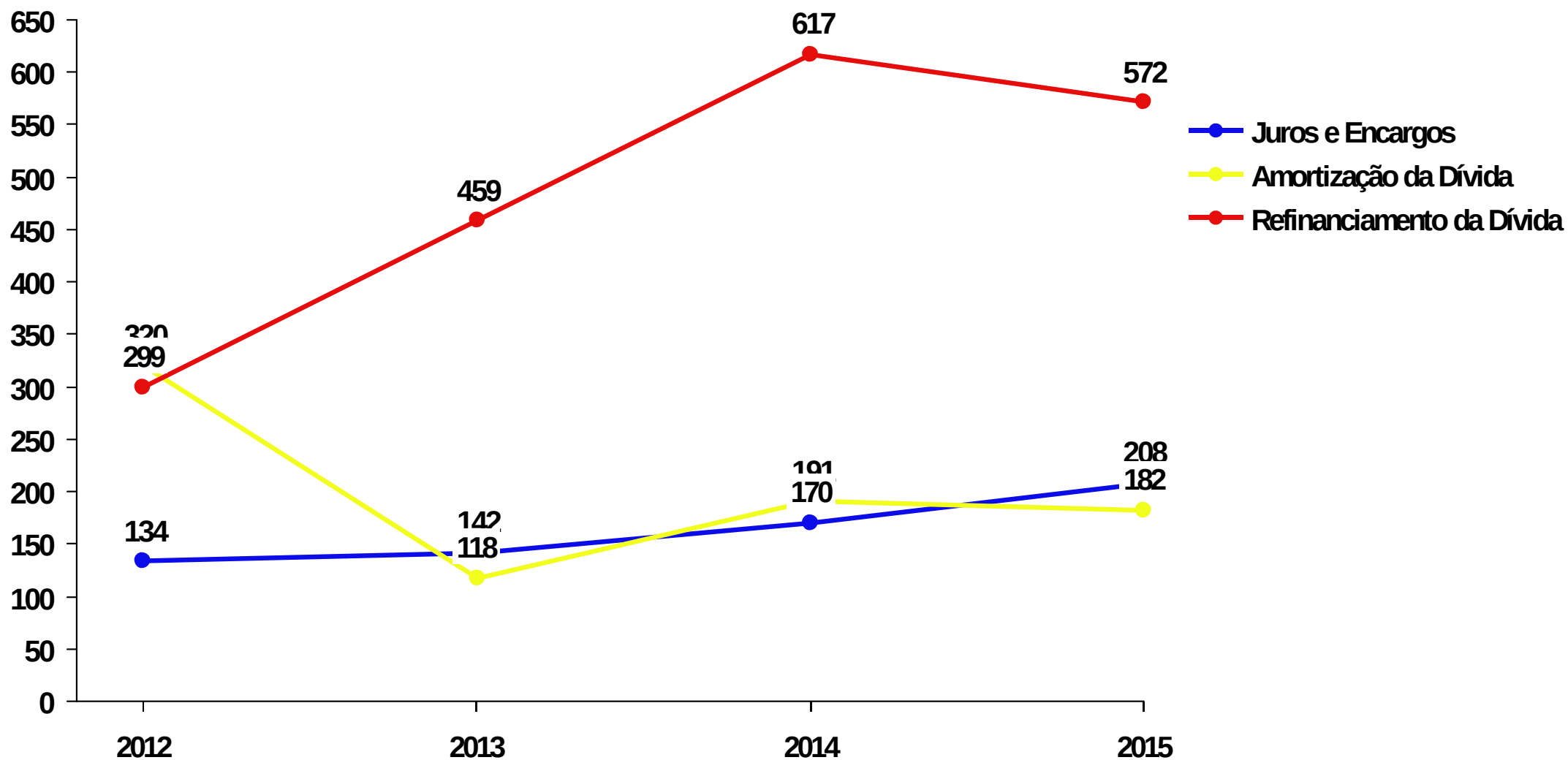
- Pessoal e Encargos Sociais
- Custeio dos Serviços Públicos
- Benefícios Previdenciários (RGPS)
- Dívida Pública
- Investimentos

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do Governo Federal



Pagamento da Dívida Pública Governo Federal

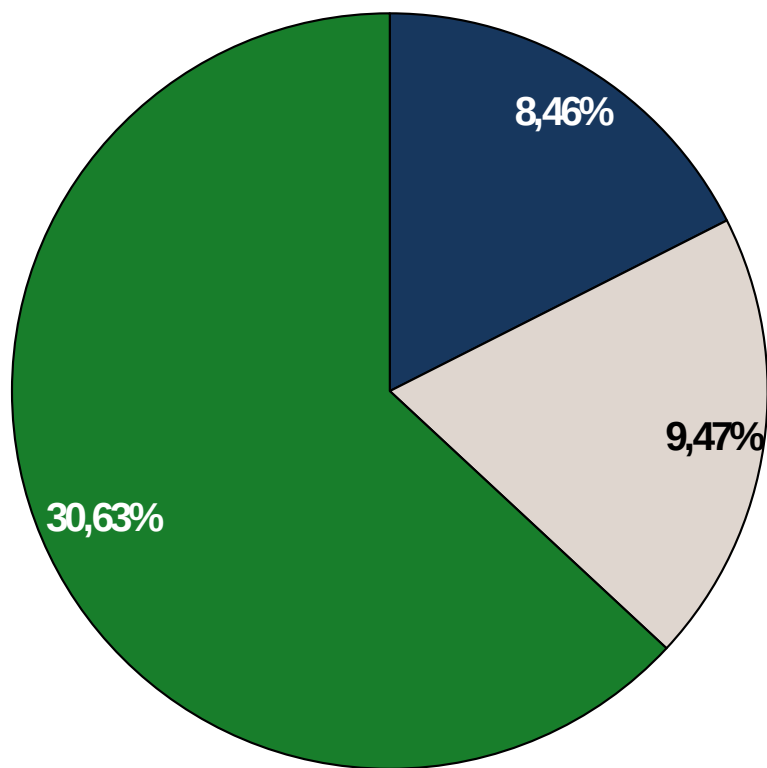
Bilhões R\$



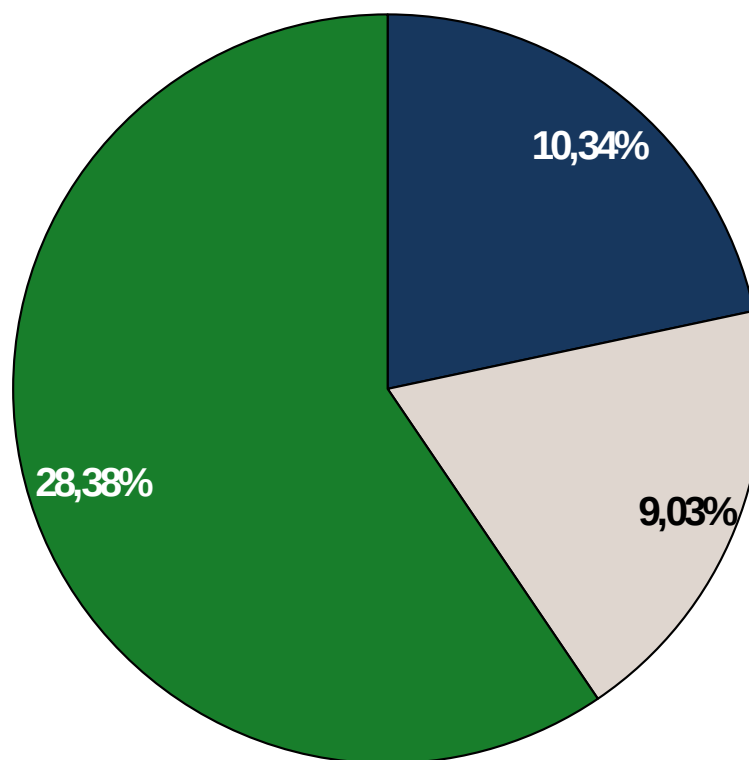
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do Governo Federal



Pagamento da Dívida Pública Governo Federal



2014



2015

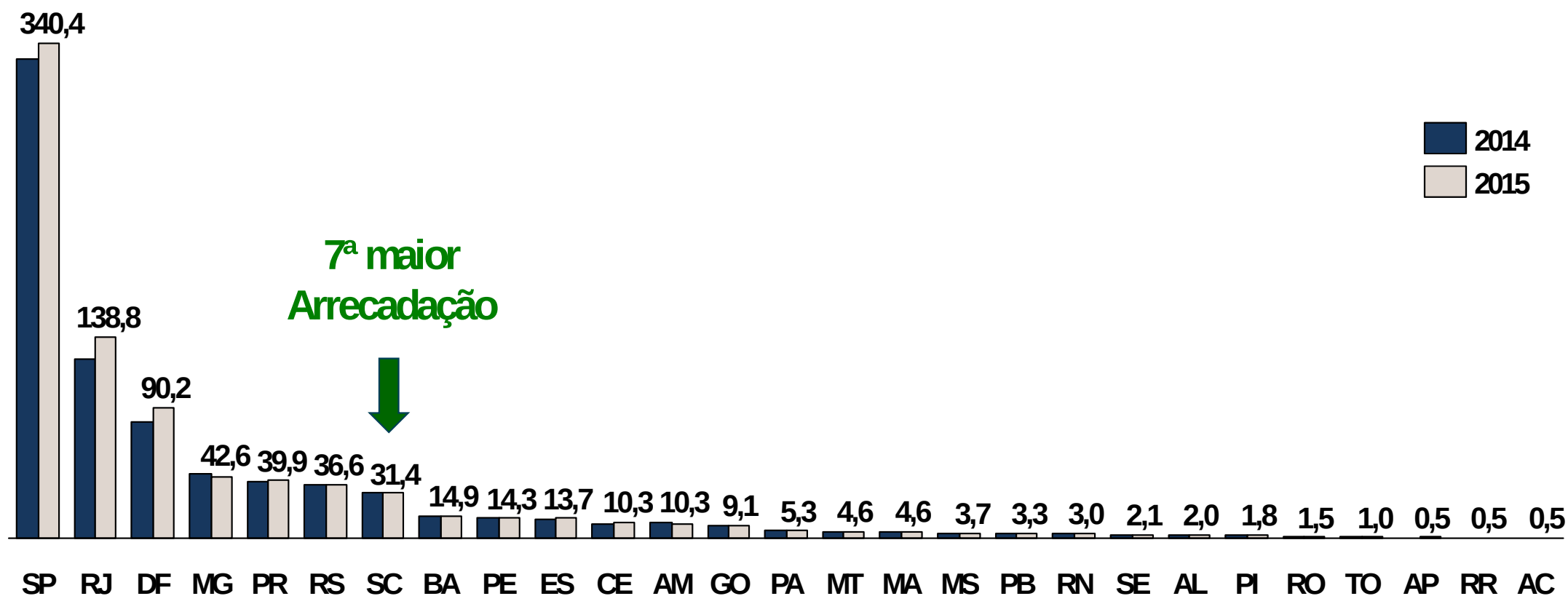
- Juros e Encargos
- Amortização da Dívida
- Refinanciamento da Dívida

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do Governo Federal



Arrecadação de Tributos Federais por Estado

Bilhões R\$



Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil



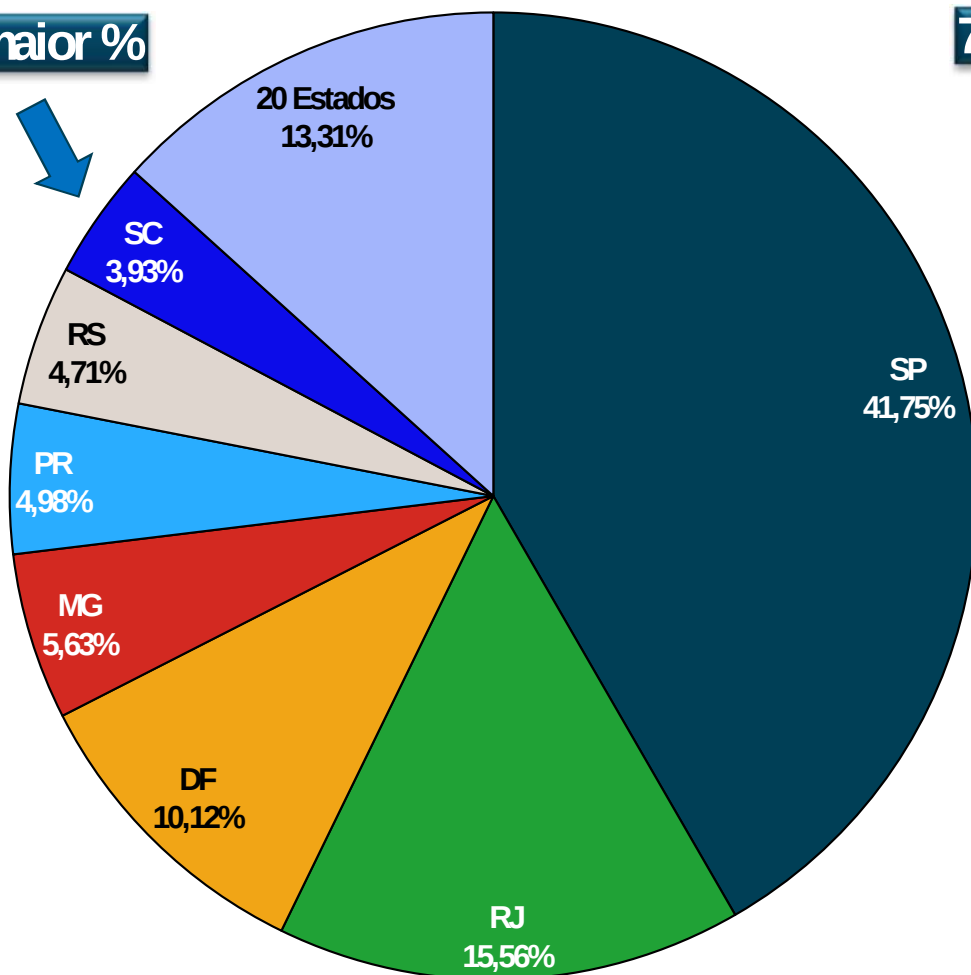
Arrecadação de Tributos Federais

(Participação % por Estado)

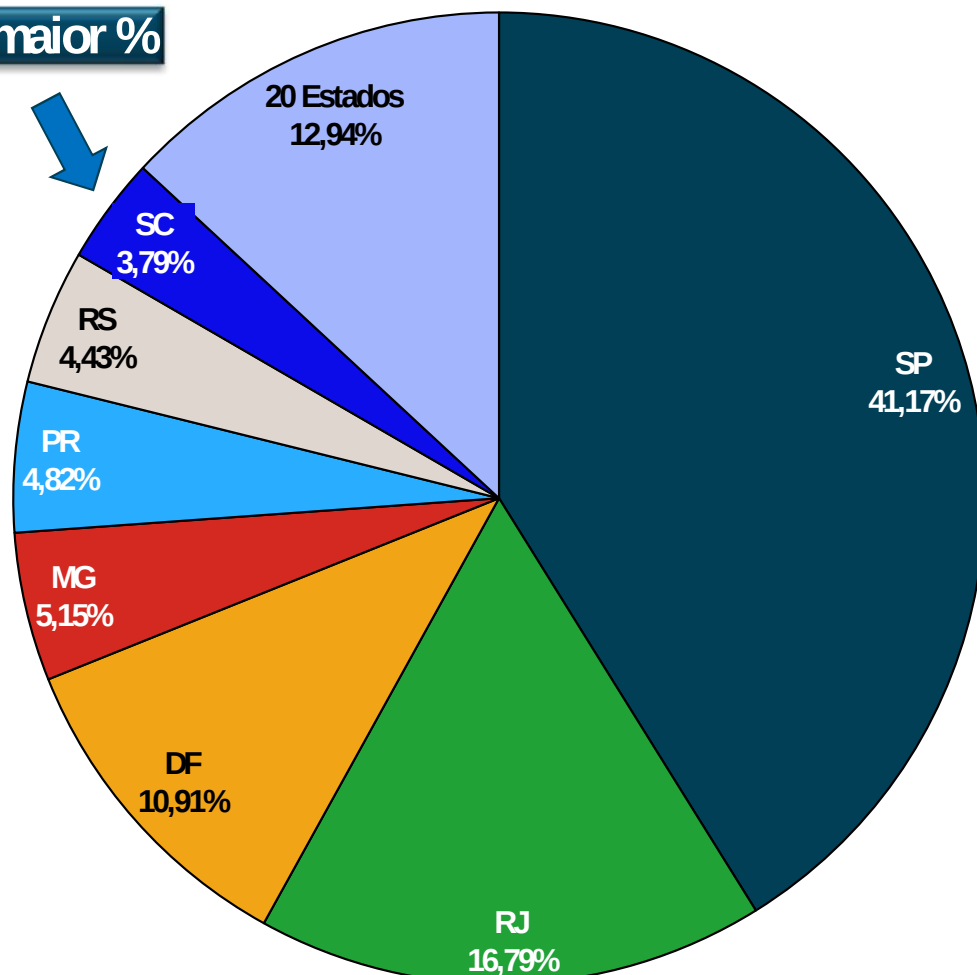
Bilhões R\$

7º maior %

7º maior %



2014

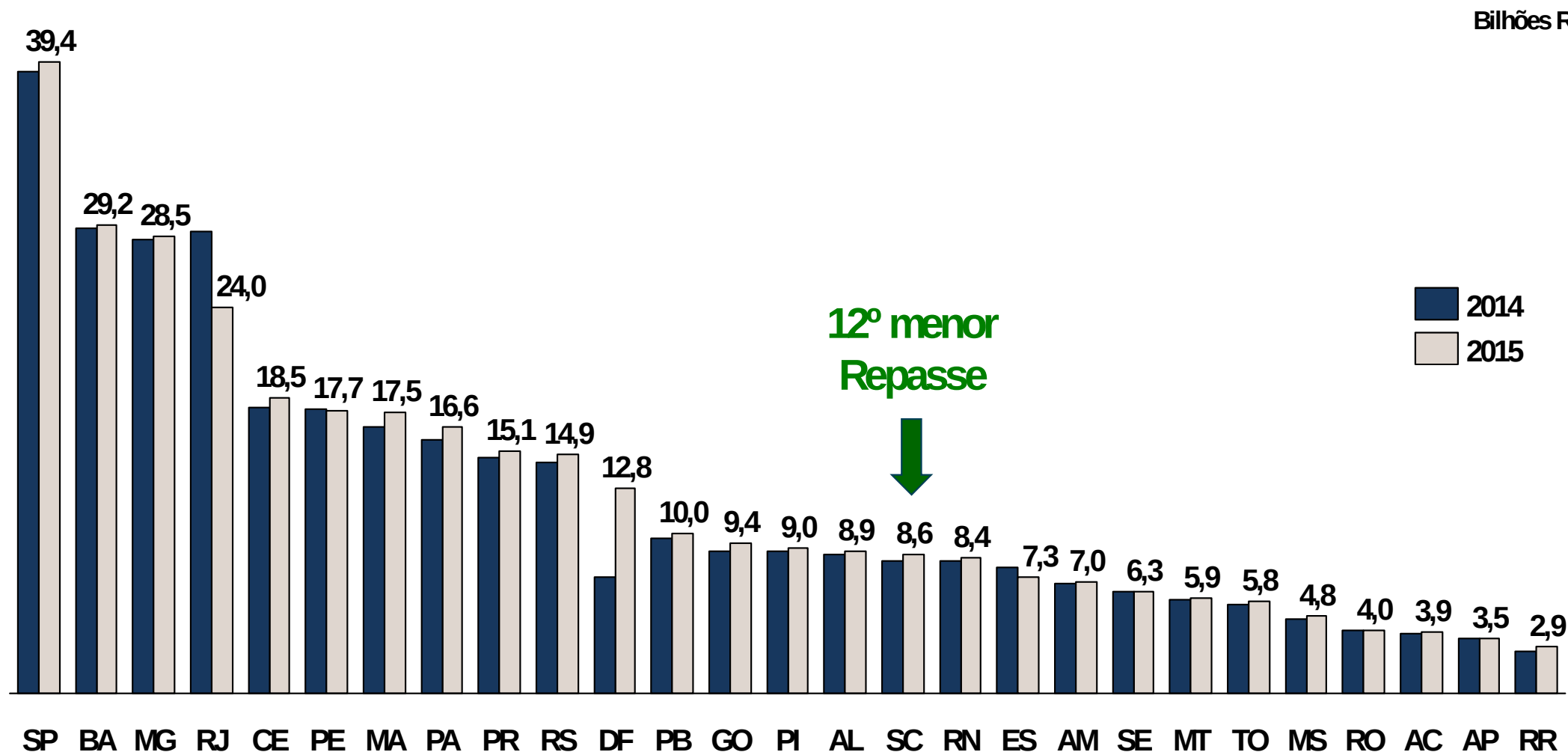


2015

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil



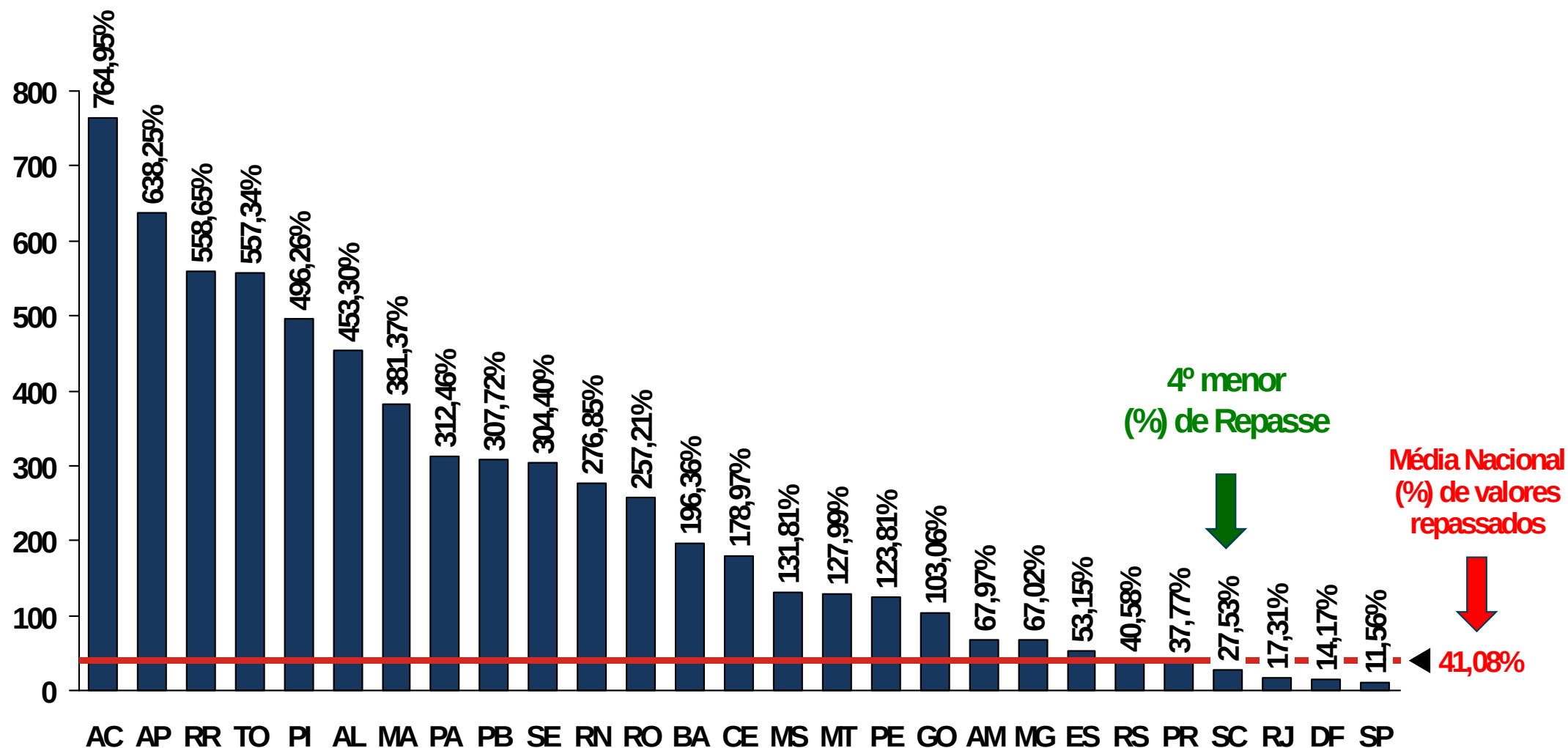
Repasse do Governo Federal para Estados e Municípios



Repasse do Governo Federal: valores repassados aos Estados e Municípios referentes transferências voluntárias (Convênios e demais instrumentos), programas federais executados por Estado/Município (Bolsa-família, Saúde...) e repasses constitucionais e legais (FPE, FPM, IPI-exportação, CIDE, etc).

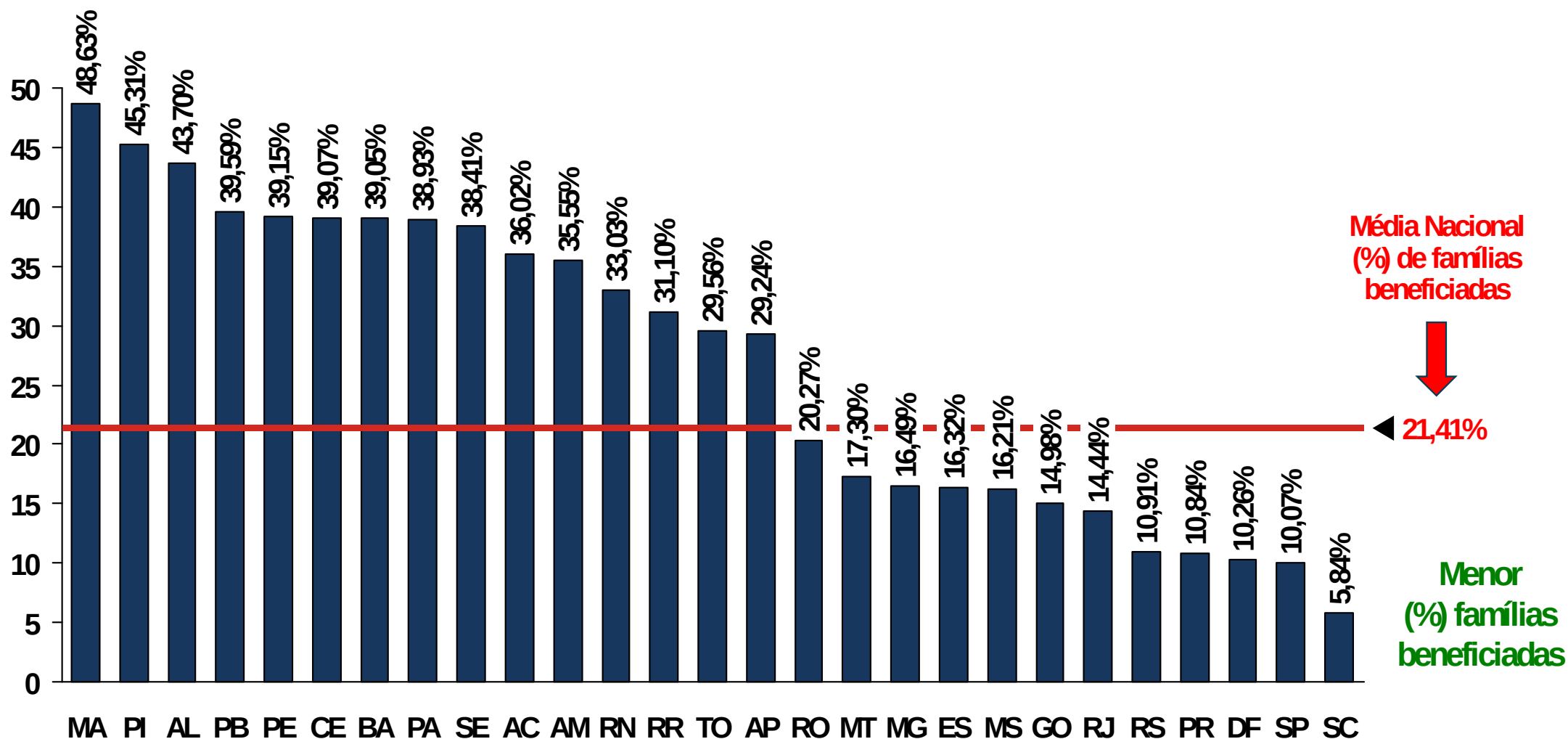


Repasses do Governo Federal X Arrecadação Tributária Federal



Bolsa Família

(Nº de famílias beneficiadas x Total de famílias do Estado)



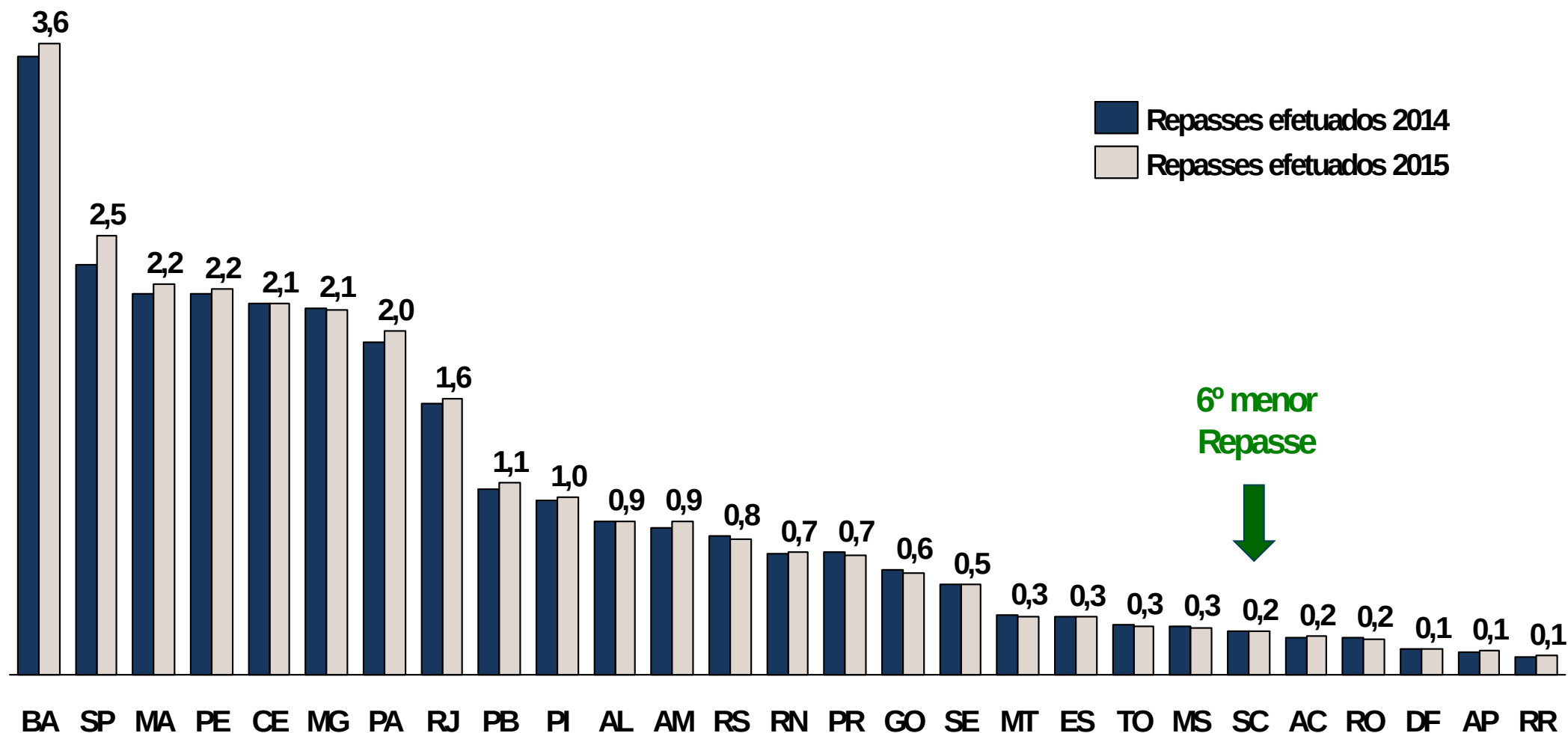
Fonte: IBGE - Famílias e Domicílios - ano 2011, e
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome



Bolsa Família

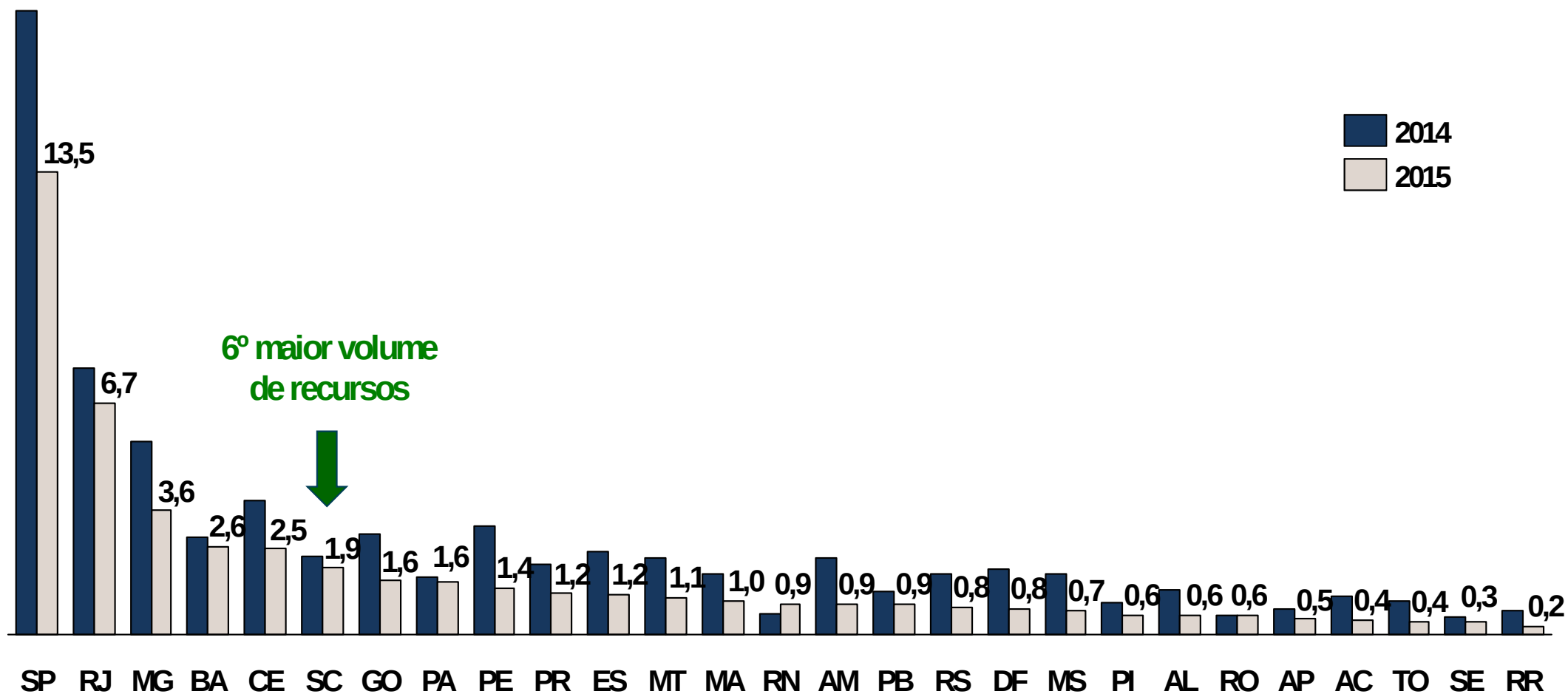
Valores repassados por Estado

Bilhões R\$



Investimentos

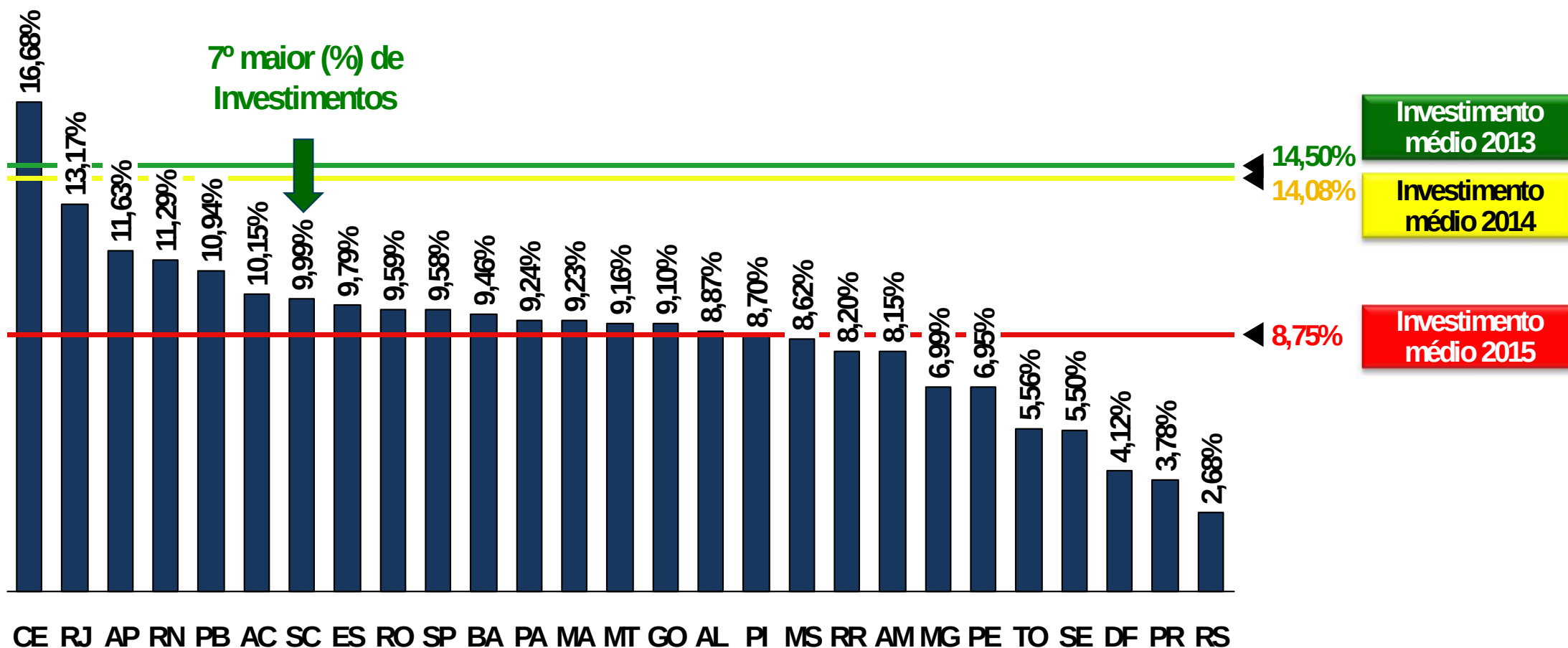
Bilhões R\$



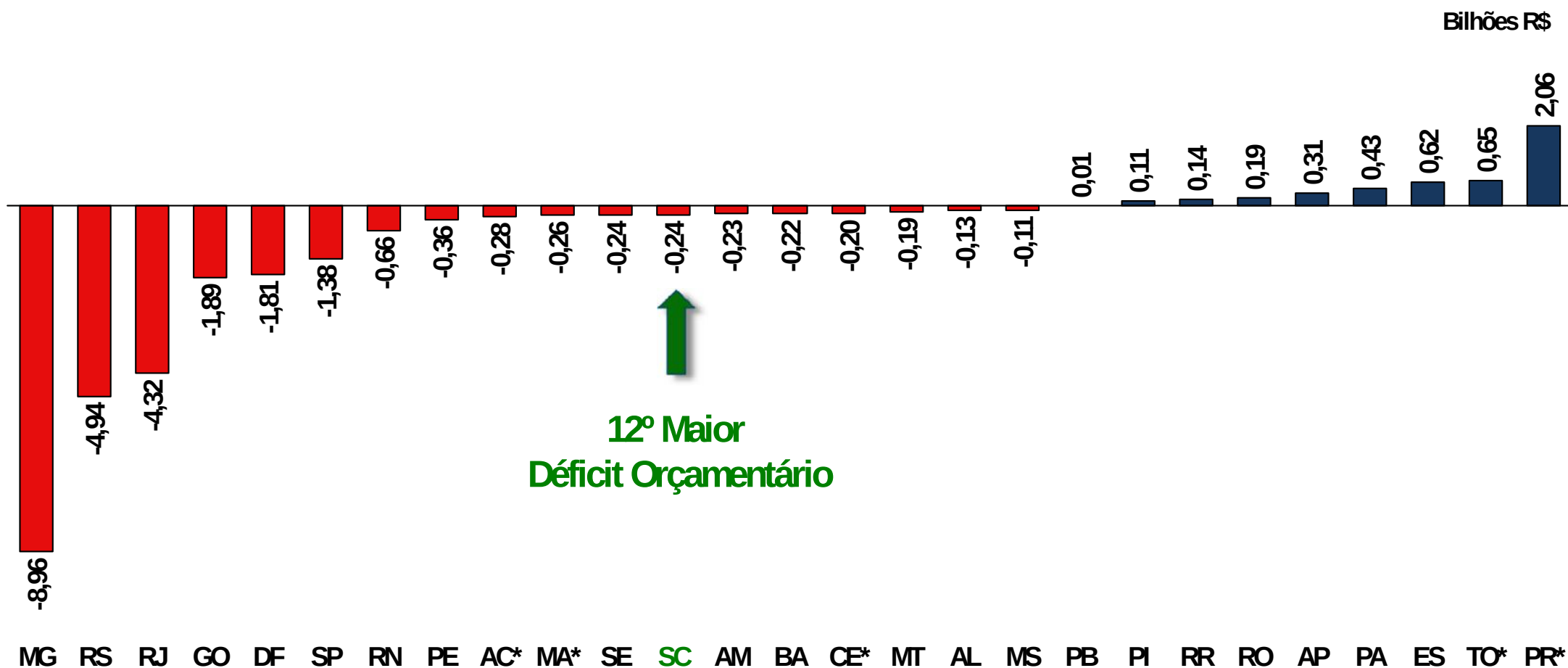
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN



Investimentos x Receita Corrente Líquida



Resultado Orçamentário*



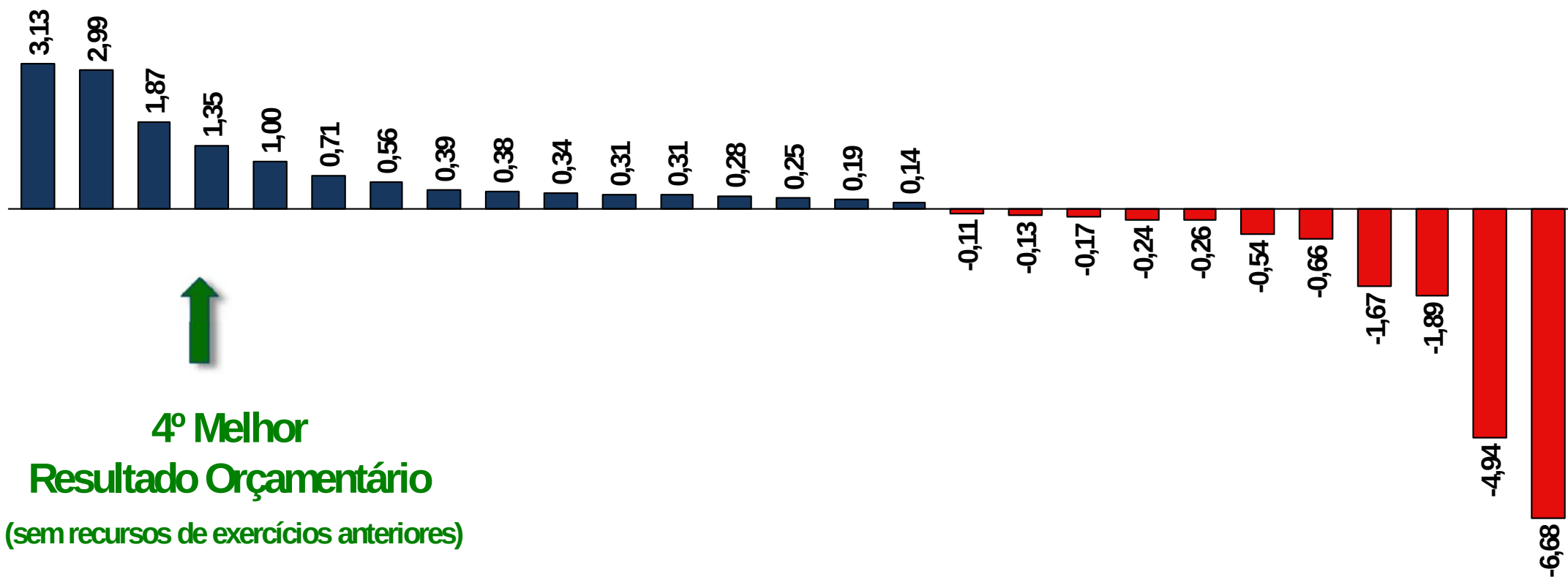
* O critério utilizado para apuração do resultado orçamentário dos Estados foi a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas.



Resultado Orçamentário*

(desconsiderados os recursos de exercícios anteriores)

Bilhões R\$



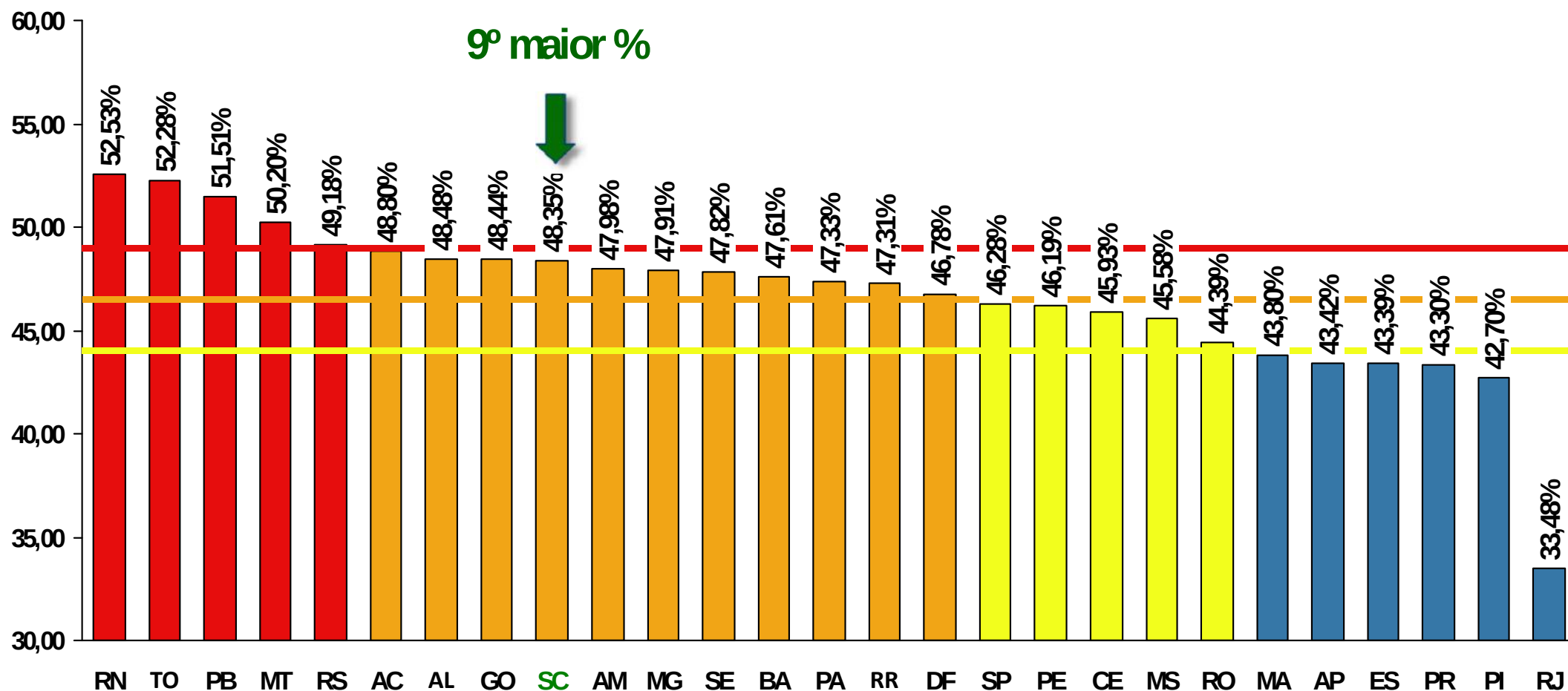
PR* BA PA SC ES TO* PB CE* PI AM MA* AP MT AL RO RR MS PE AC SE DF SP RN RJ GO RS MG

* O critério utilizado para apuração do resultado orçamentário dos Estados foi a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas.



% Gasto com Pessoal Poder Executivo (LRF)

■ Limite Máximo Legal - 49,00%
 ■ Limite Prudencial - 46,55%
 ■ Limite de Alerta - 44,10%



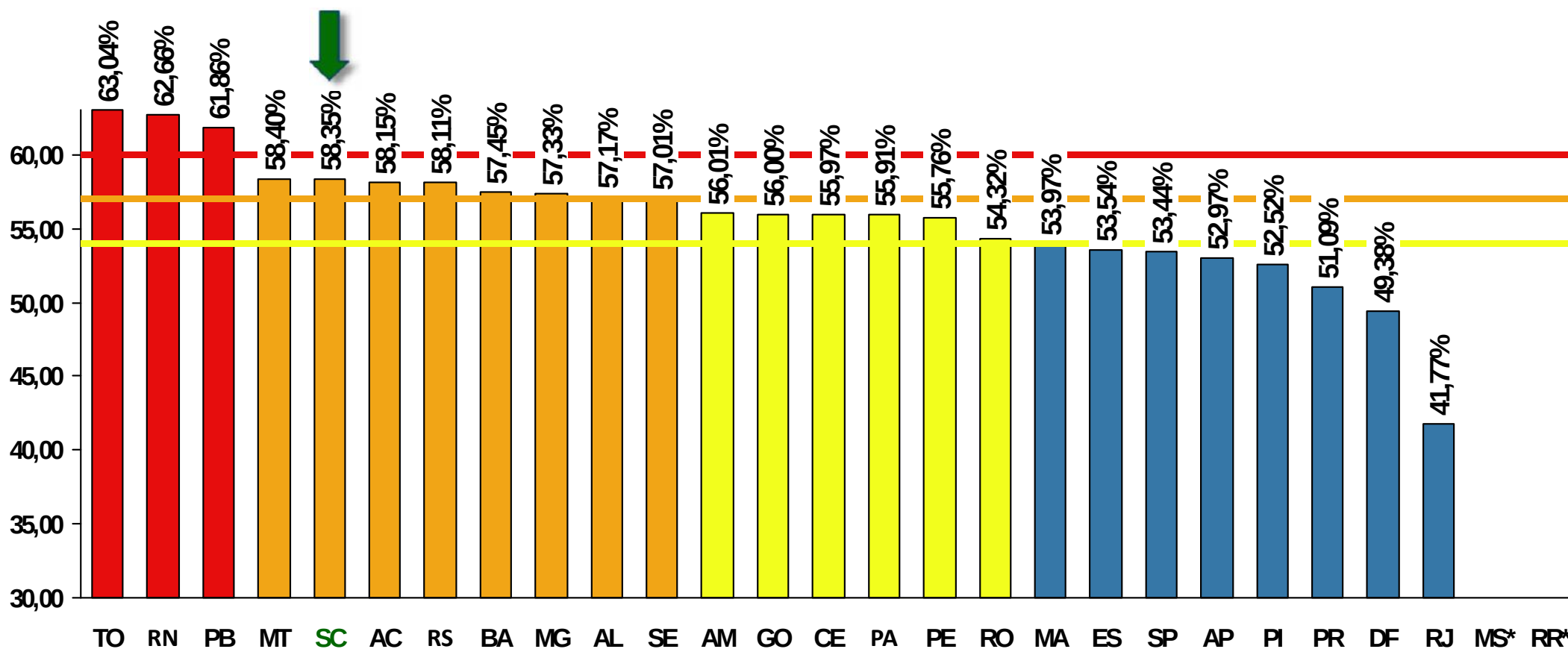
Fonte: SICONFI



% Gasto com Pessoal Consolidado (LRF)

■ Limite Máximo Legal – 60,00%
 ■ Limite Prudencial – 57,00%
 ■ Limite de Alerta – 54,00%

5º maior %

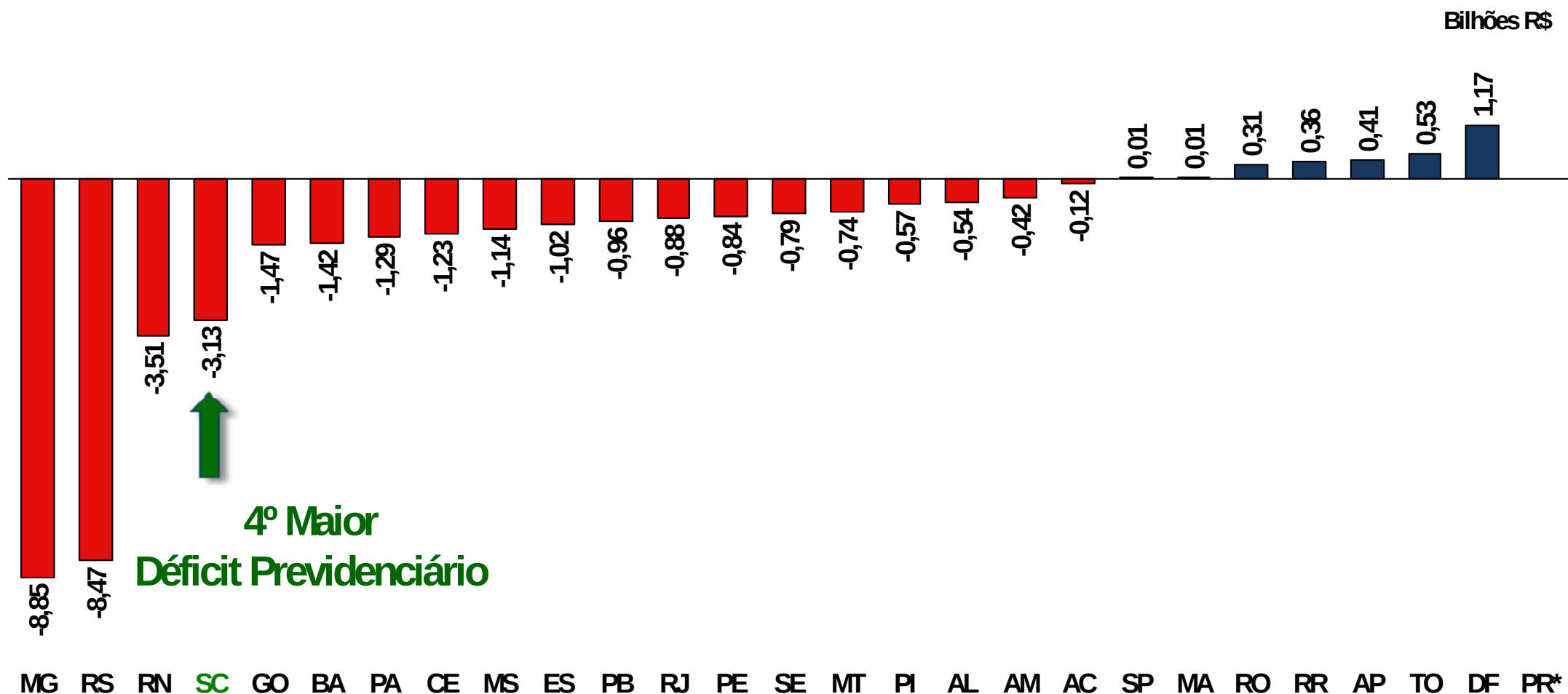


* MS e RR não compõem a análise por falta de dados de alguns poderes

Fonte: SICONFI



Resultado Previdenciário

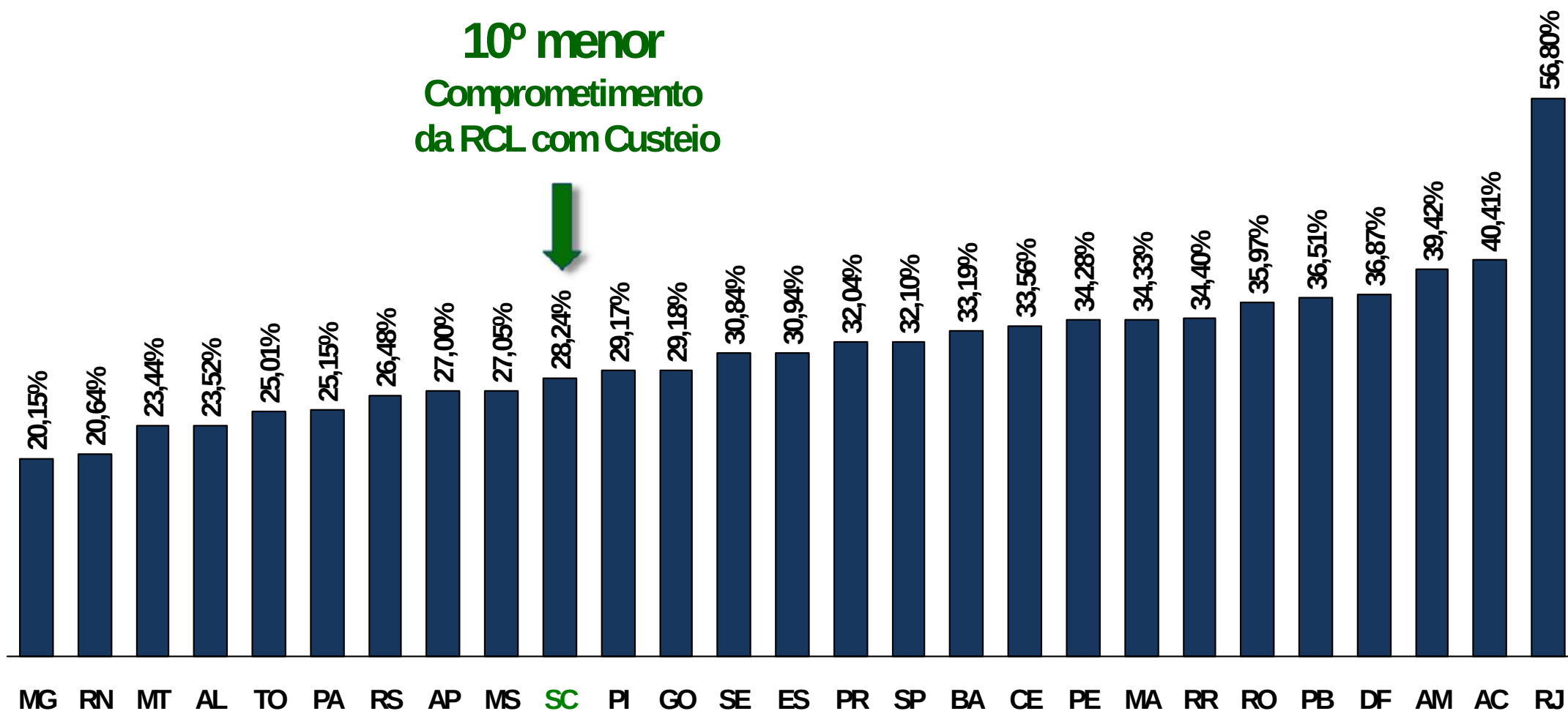


* Paraná: Não publicou o valor do ano de 2015

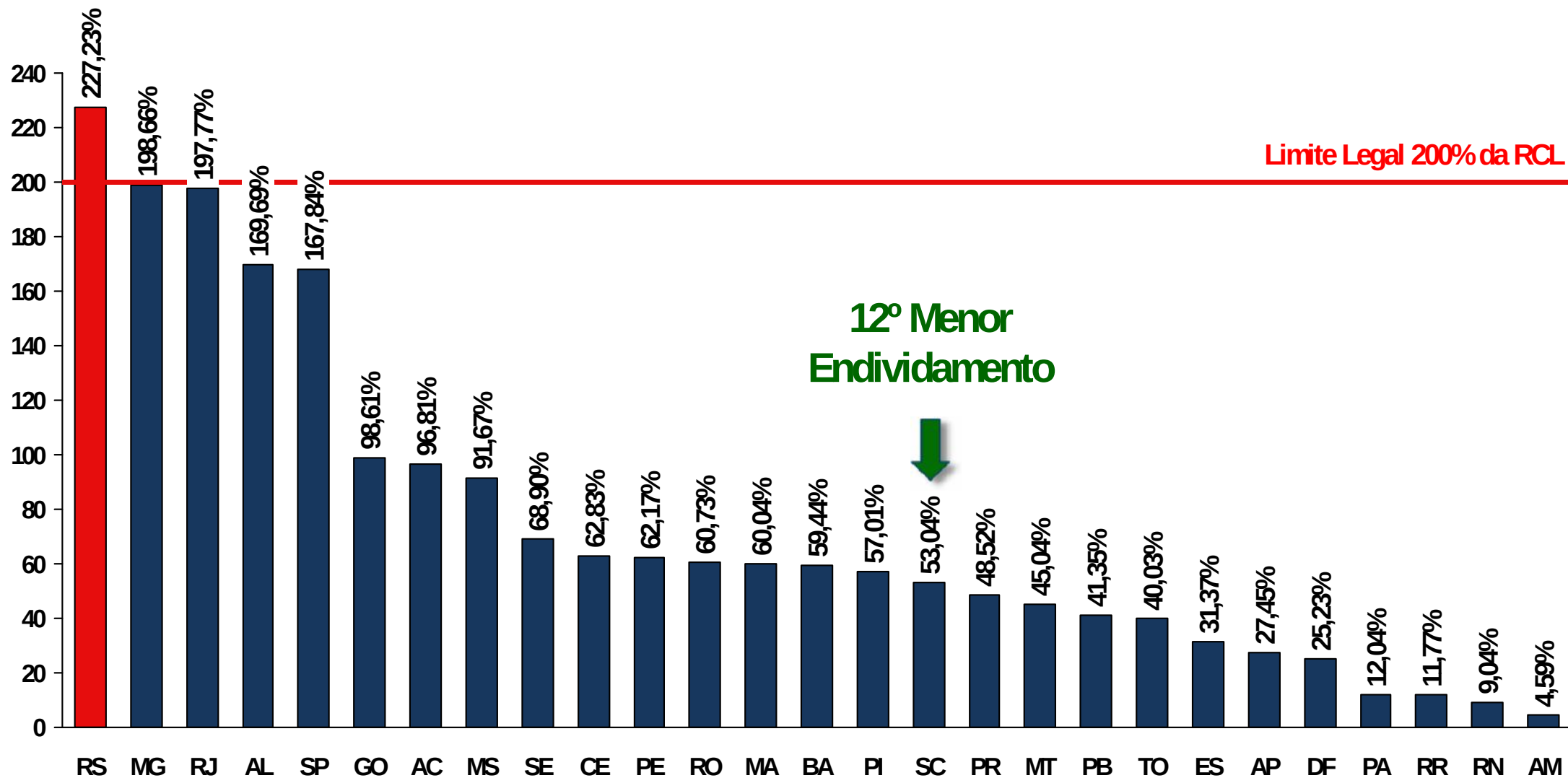
Fonte: SICONFI



Custeio x Receita Corrente Líquida



Dívida Consolidada Líquida

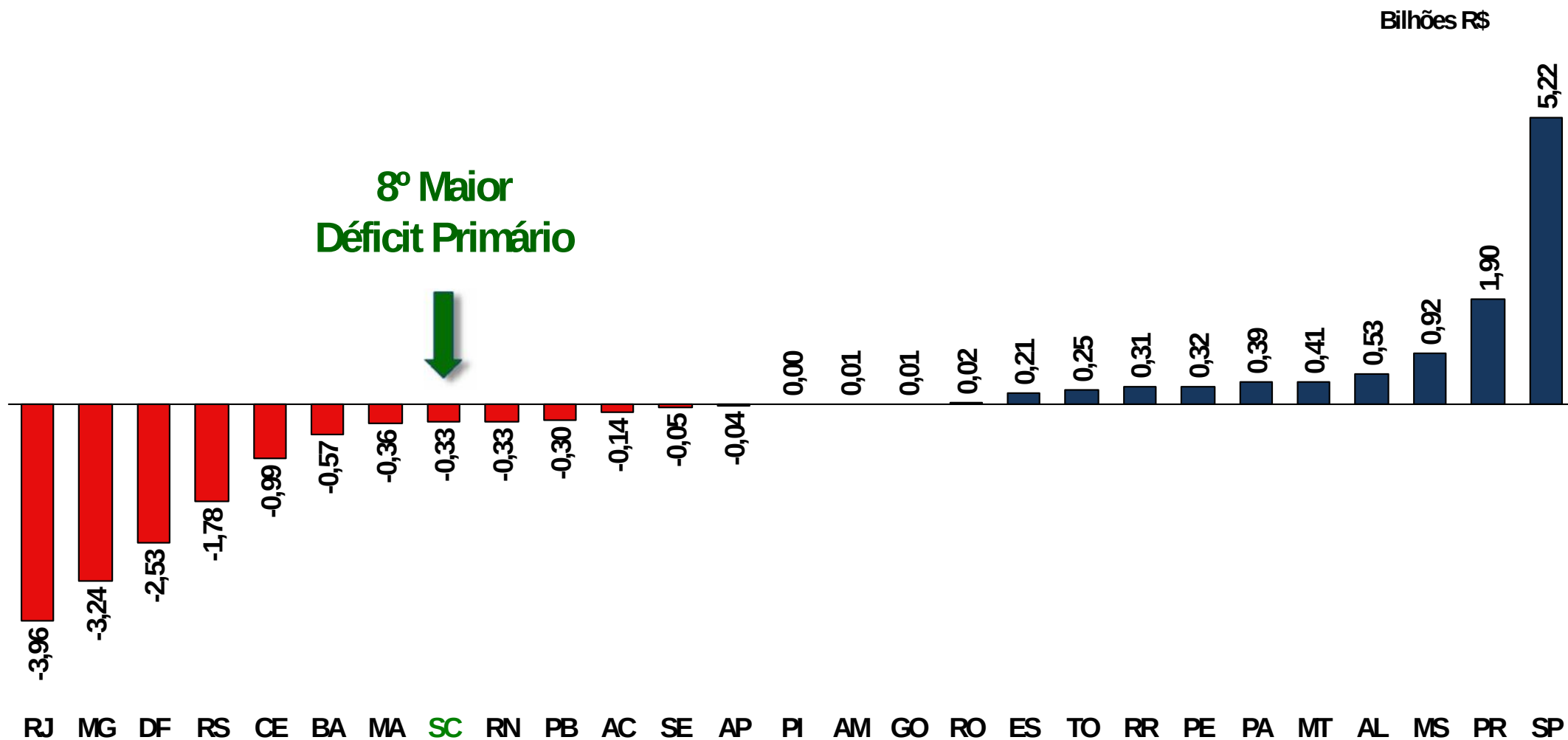


Fonte: SICONFI



Resultado Primário

8º Maior
Déficit Primário



FIZEMOS: MUDANÇAS ESTRUTURANTES

*PREVIDÊNCIA PÚBLICA
SCPREV
REAJUSTE NAS CONTRIBUIÇÕES
JUNÇÃO DOS FUNDOS*



FIZEMOS: REFORMAS INTERNAS

REFORMA ADMINISTRATIVA
AGÊNCIAS REGULADORAS
AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL



FIZEMOS:

A ECONOMIA GIRAR

***ANTECIPAÇÃO DE 13º E SALÁRIO
DE DEZEMBRO
17 ESTADOS ATRASARAM OU
PARCELARAM OS SALÁRIOS***



2016

É PRECISO FAZER MUITO MAIS

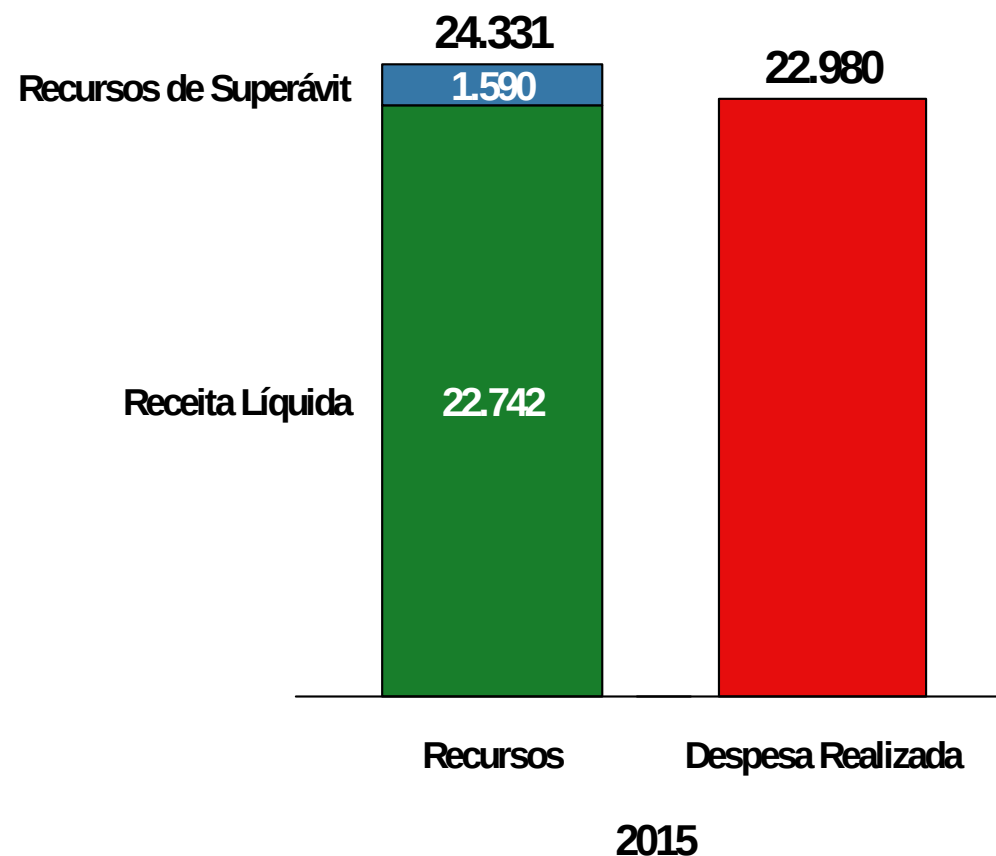
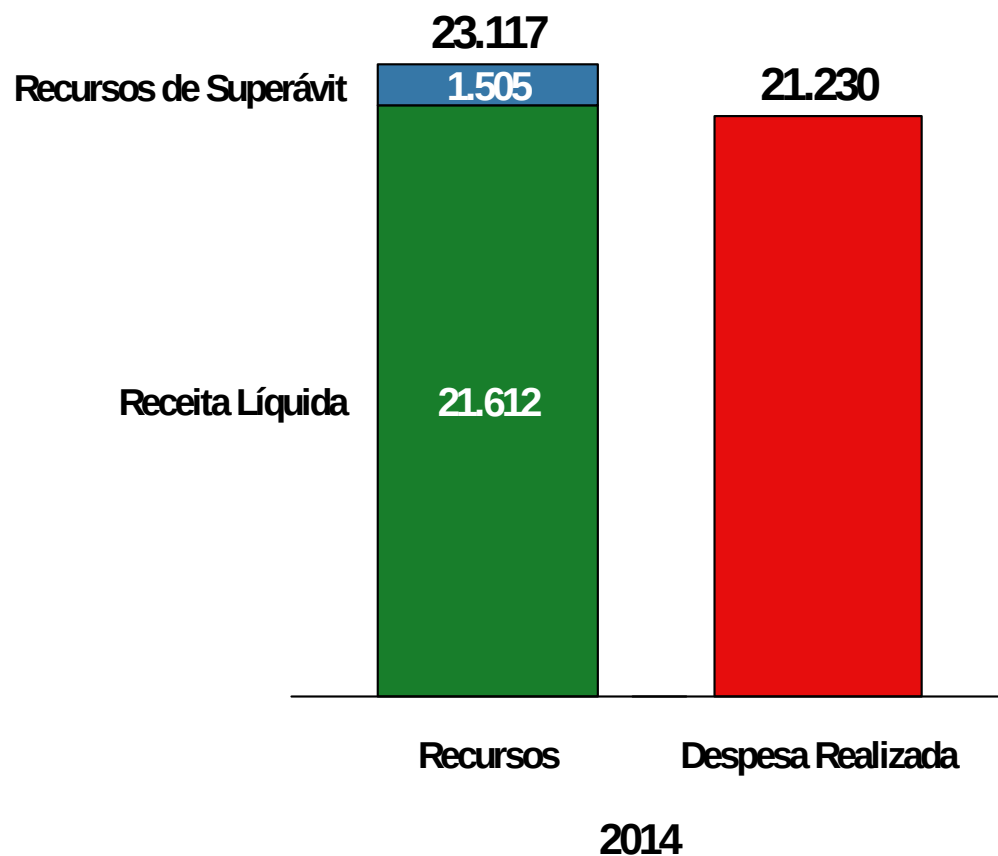
GRANDES DESAFIOS
DÍVIDA PÚBLICA/INDEXADOR
PREVIDÊNCIA/BENEFÍCIOS FOLHA
DE PAGAMENTO
MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA



Execução Orçamentária

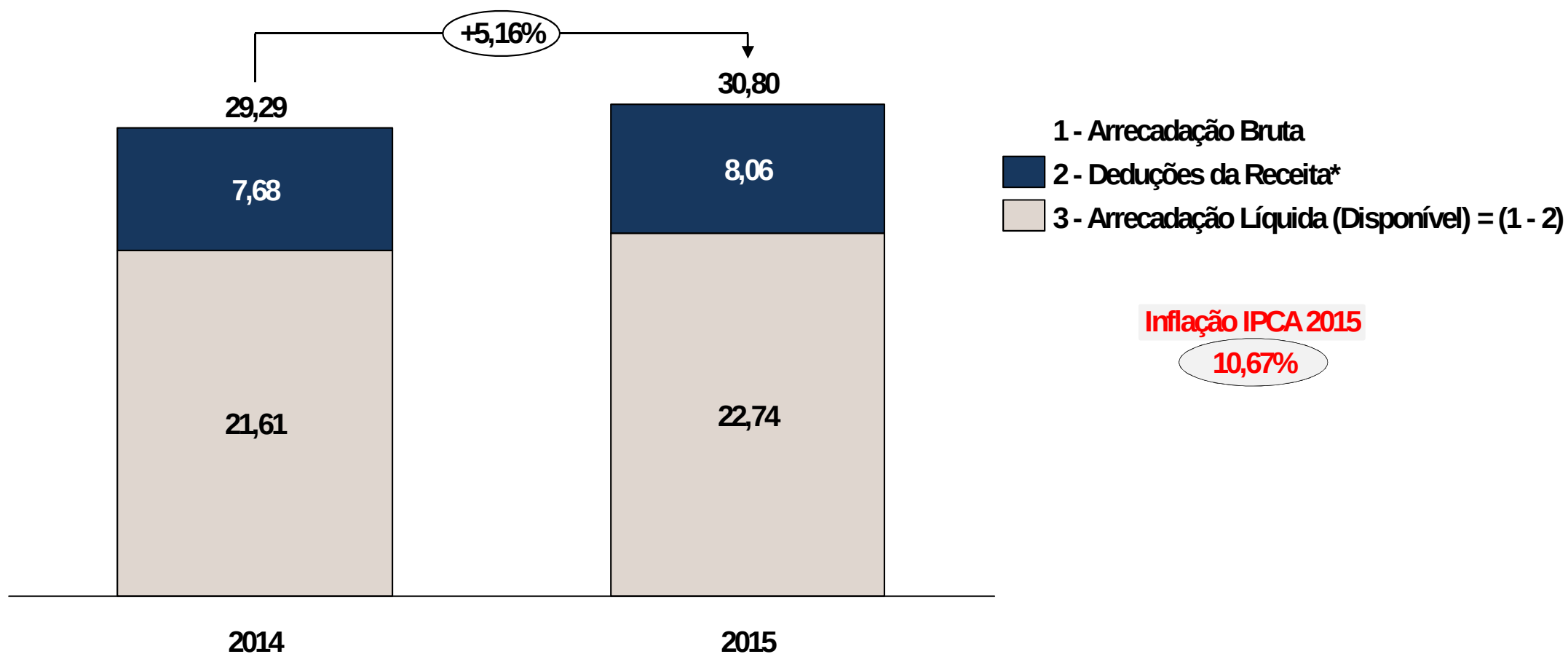
Consolidado

Milhões R\$



Receita Total

Bilhões R\$



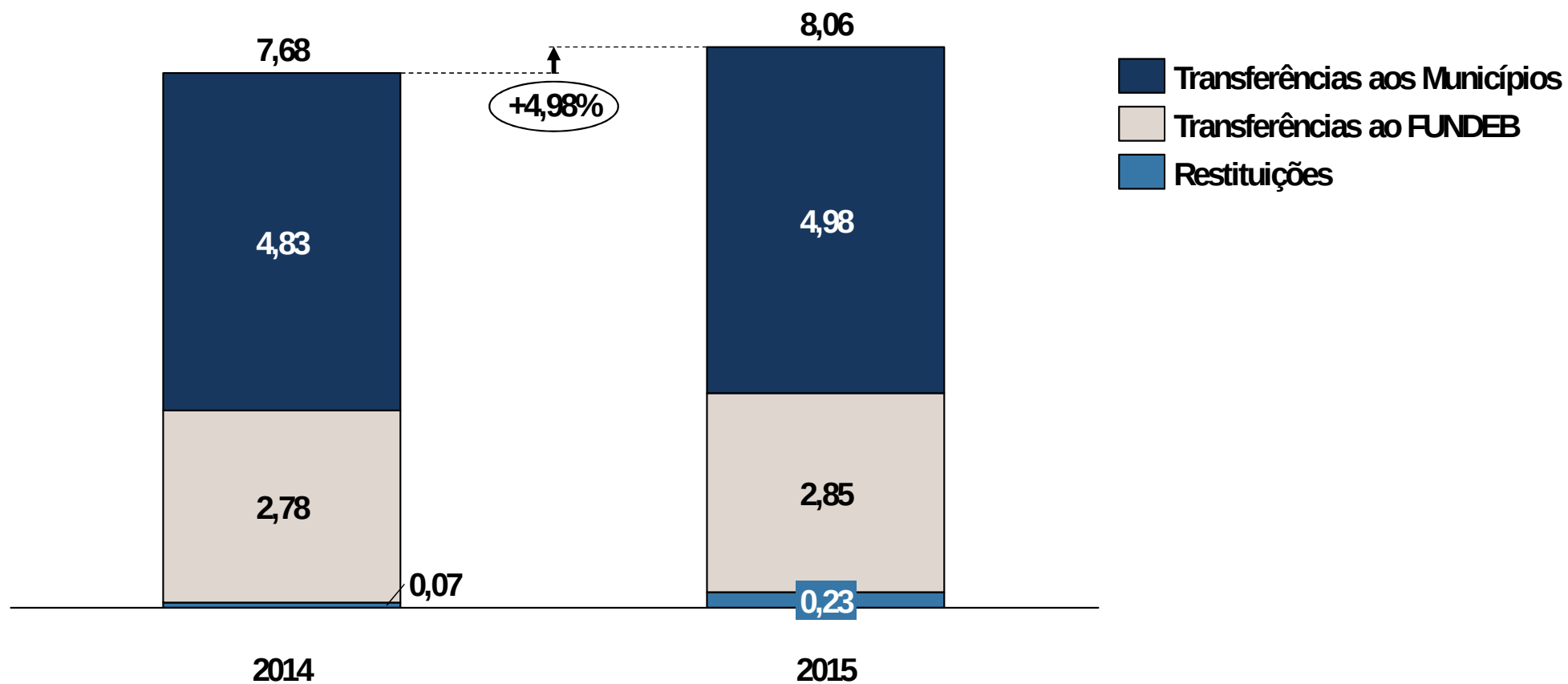
* Consideram-se deduções da receita os repasses constitucionais e legais aos municípios, os repasses ao FUNDEB e as restituições aos contribuintes.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Deduções da Receita

Bilhões R\$



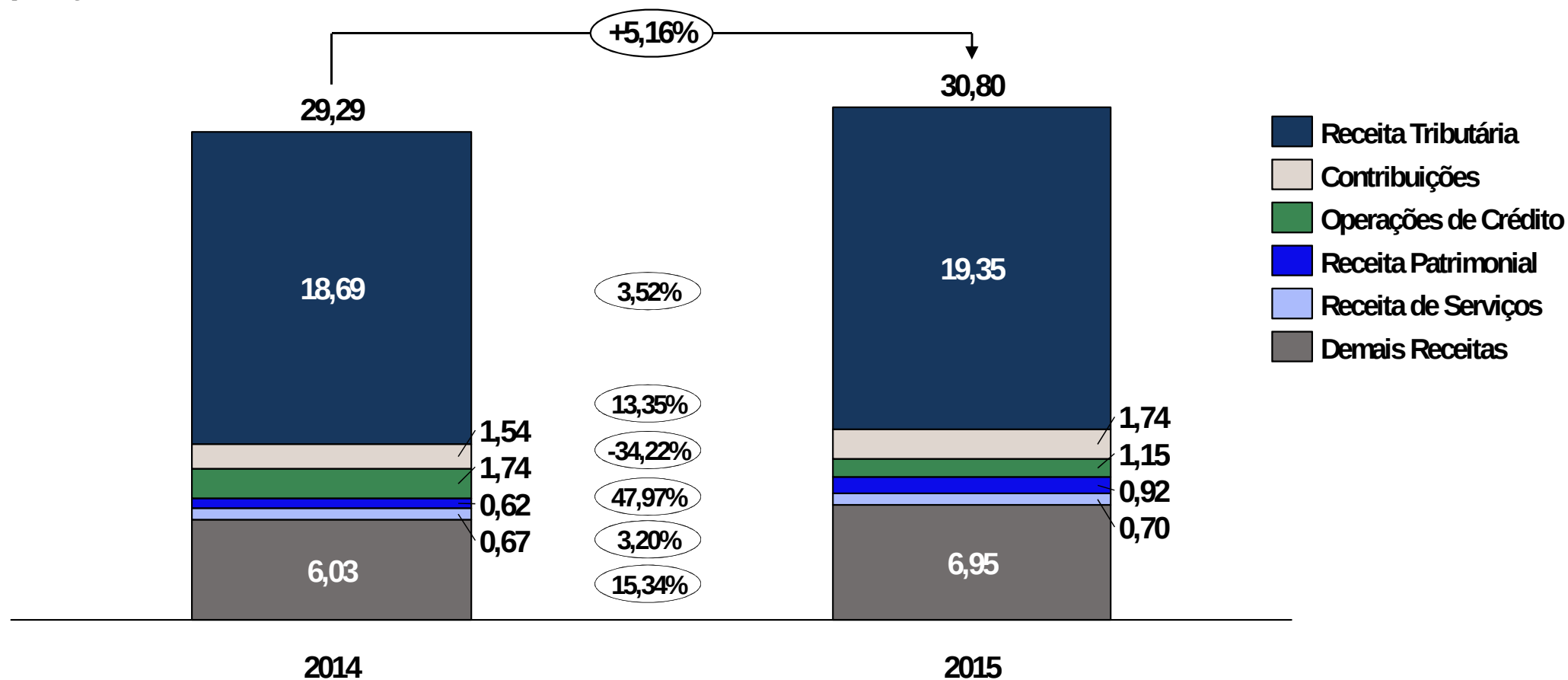
Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Arrecadação Bruta Total do Estado

Composição das Receitas

Bilhões R\$



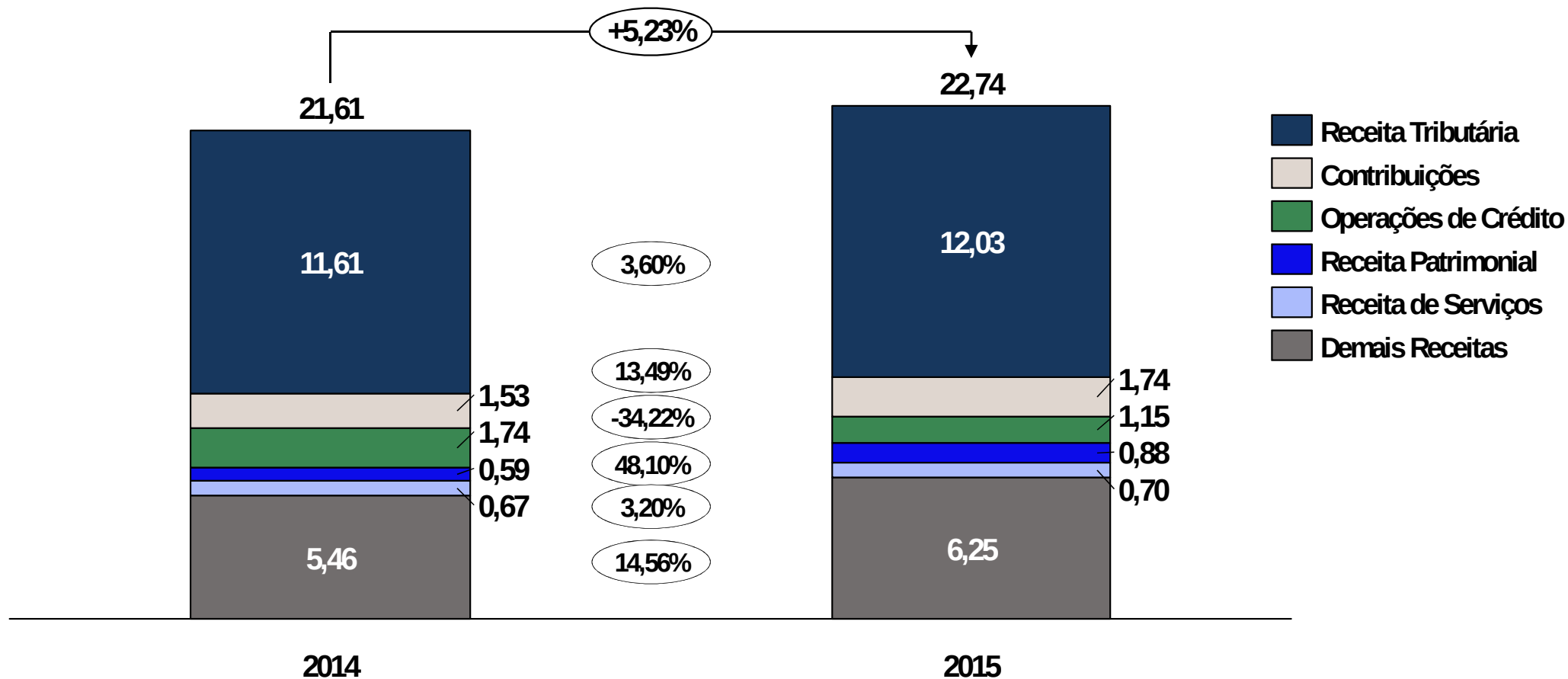
Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Arrecadação Líquida Total do Estado

Composição das Receitas

Bilhões R\$

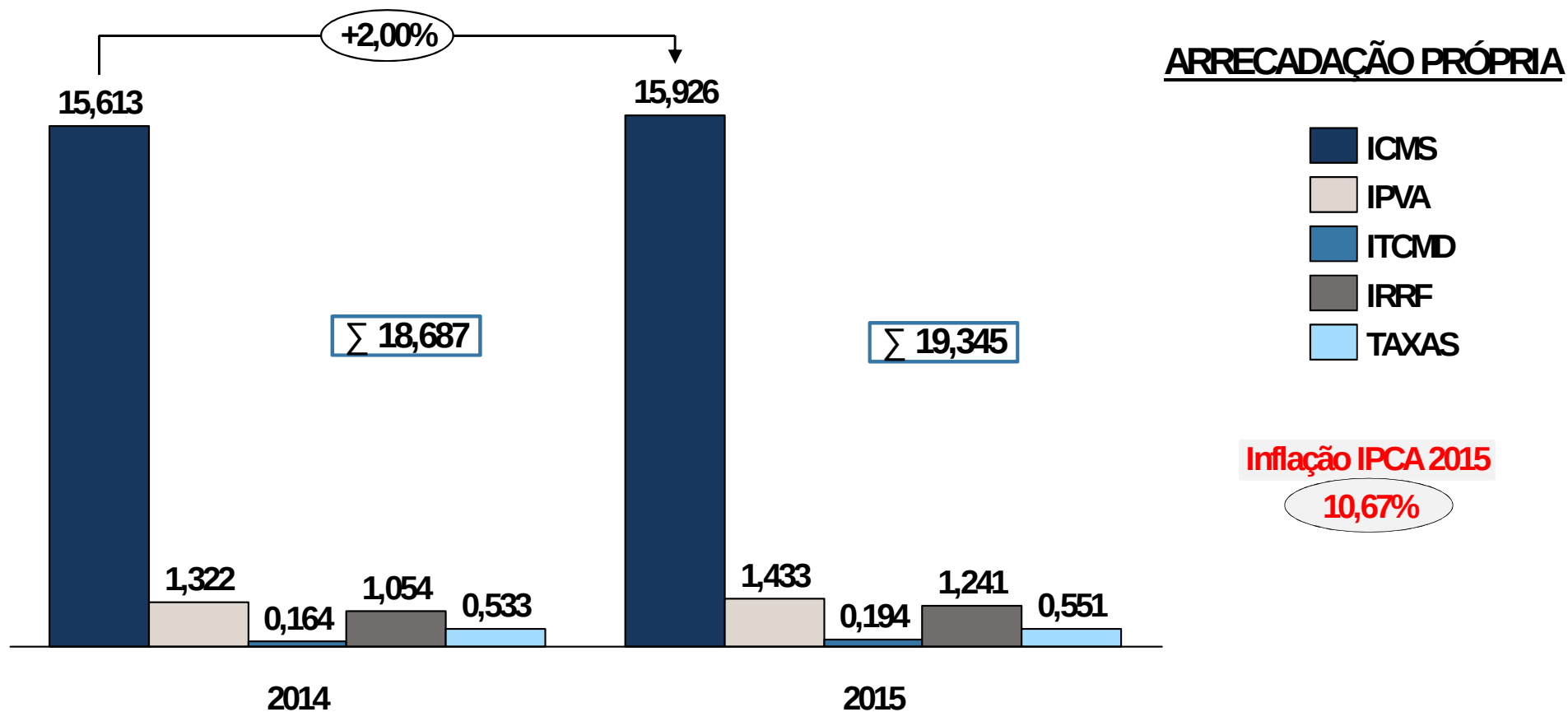


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Arrecadação Tributária Bruta*

Bilhões R\$



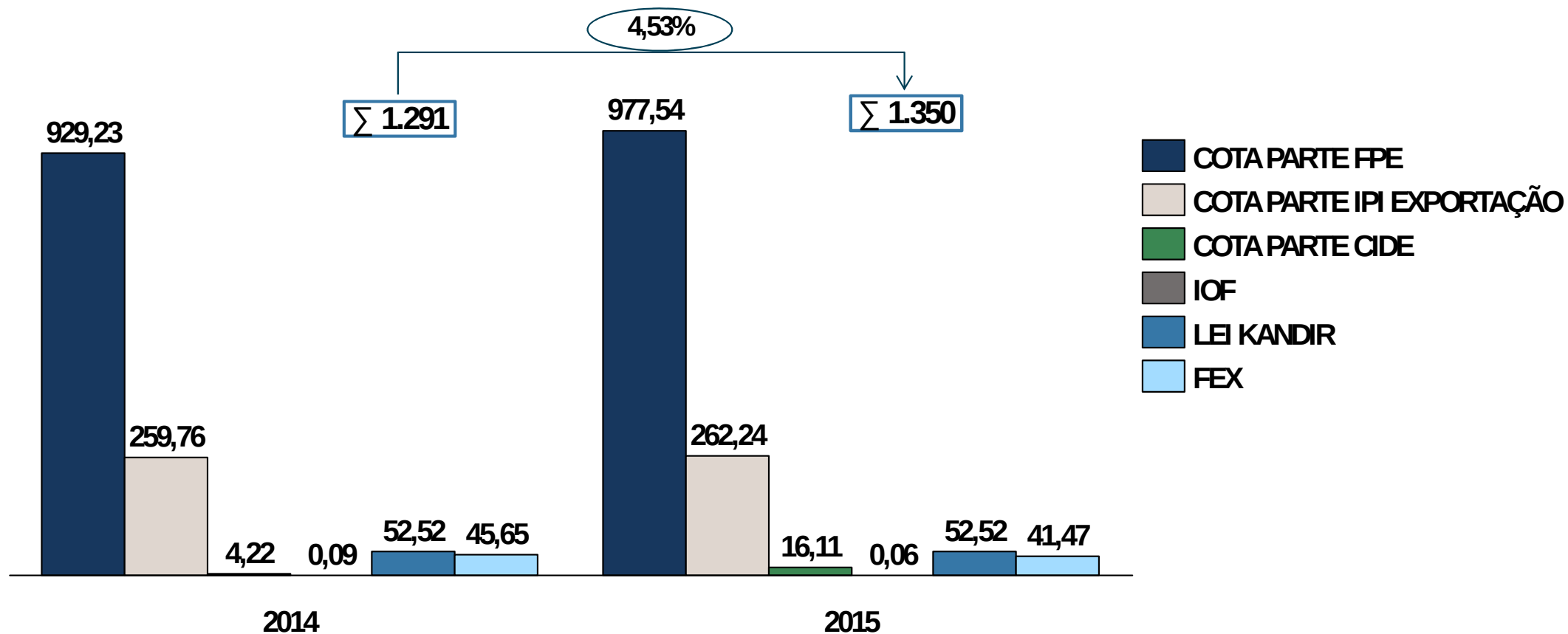
* Não inclui multa, juros e dívida ativa.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Repasses da União

Milhões R\$

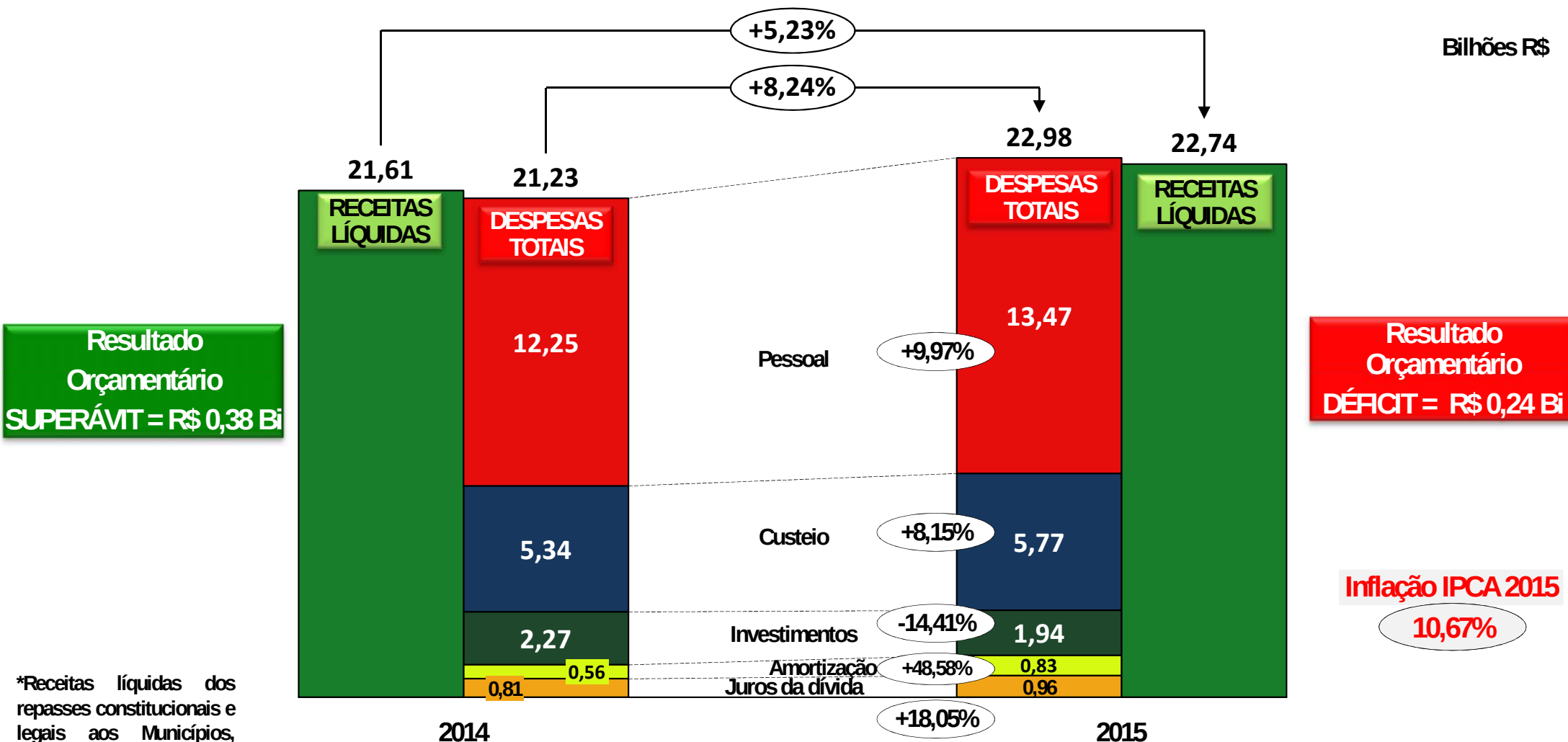


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Resultado da Execução Orçamentária

Bilhões R\$



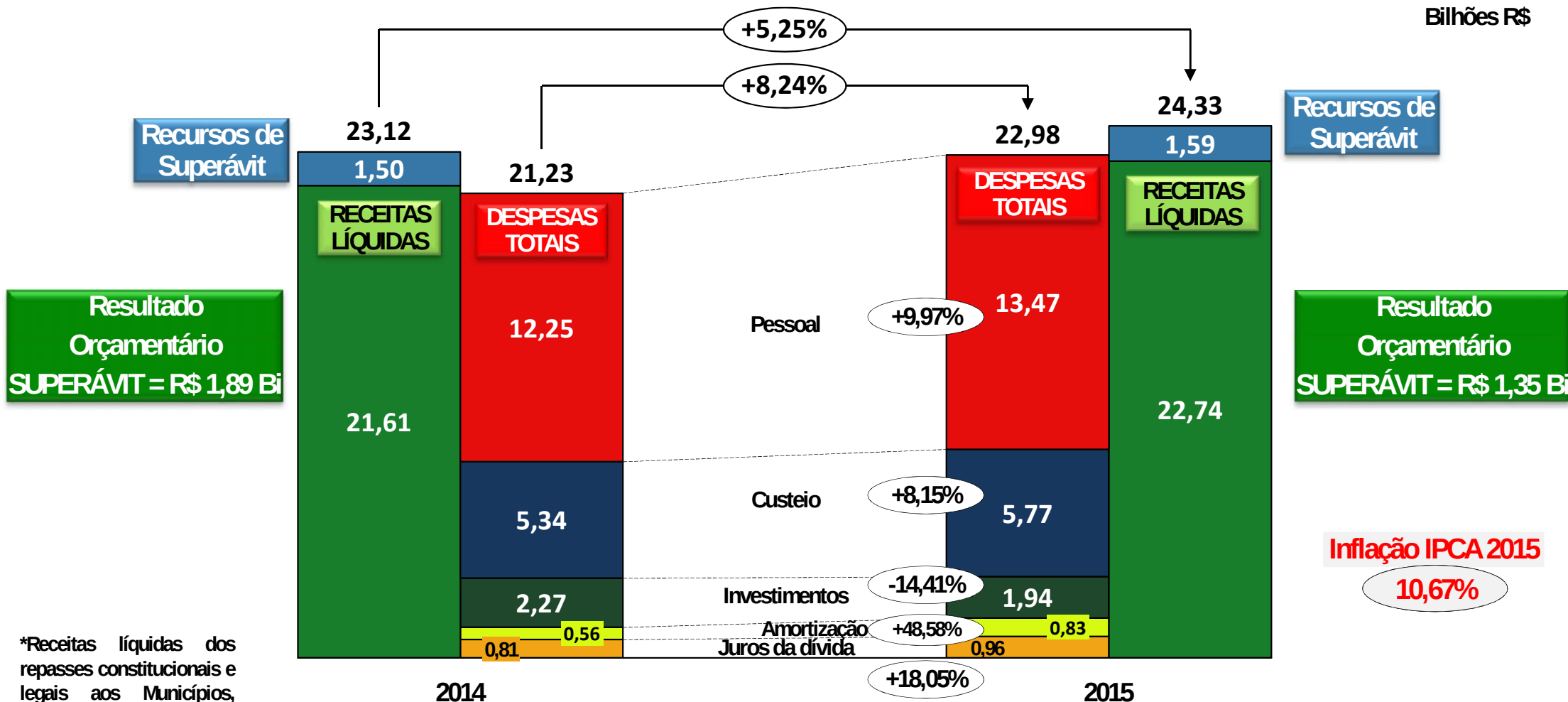
*Receitas líquidas dos repasses constitucionais e legais aos Municípios, FUNDEB e Restituições.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Resultado da Execução Orçamentária

Bilhões R\$



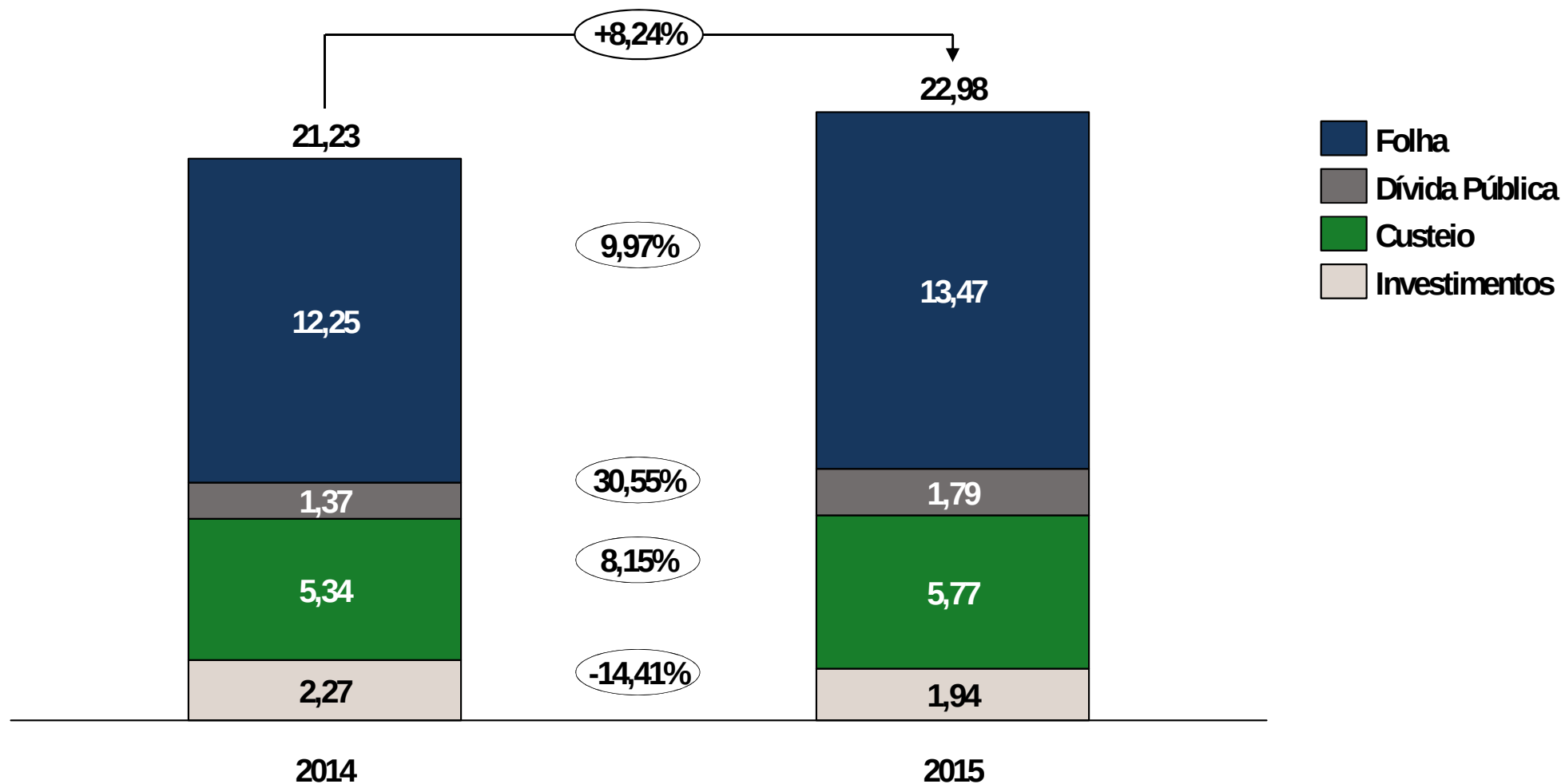
*Receitas líquidas dos repasses constitucionais e legais aos Municípios, FUNDEB e Restituições.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Despesas por Grupo

Bilhões R\$

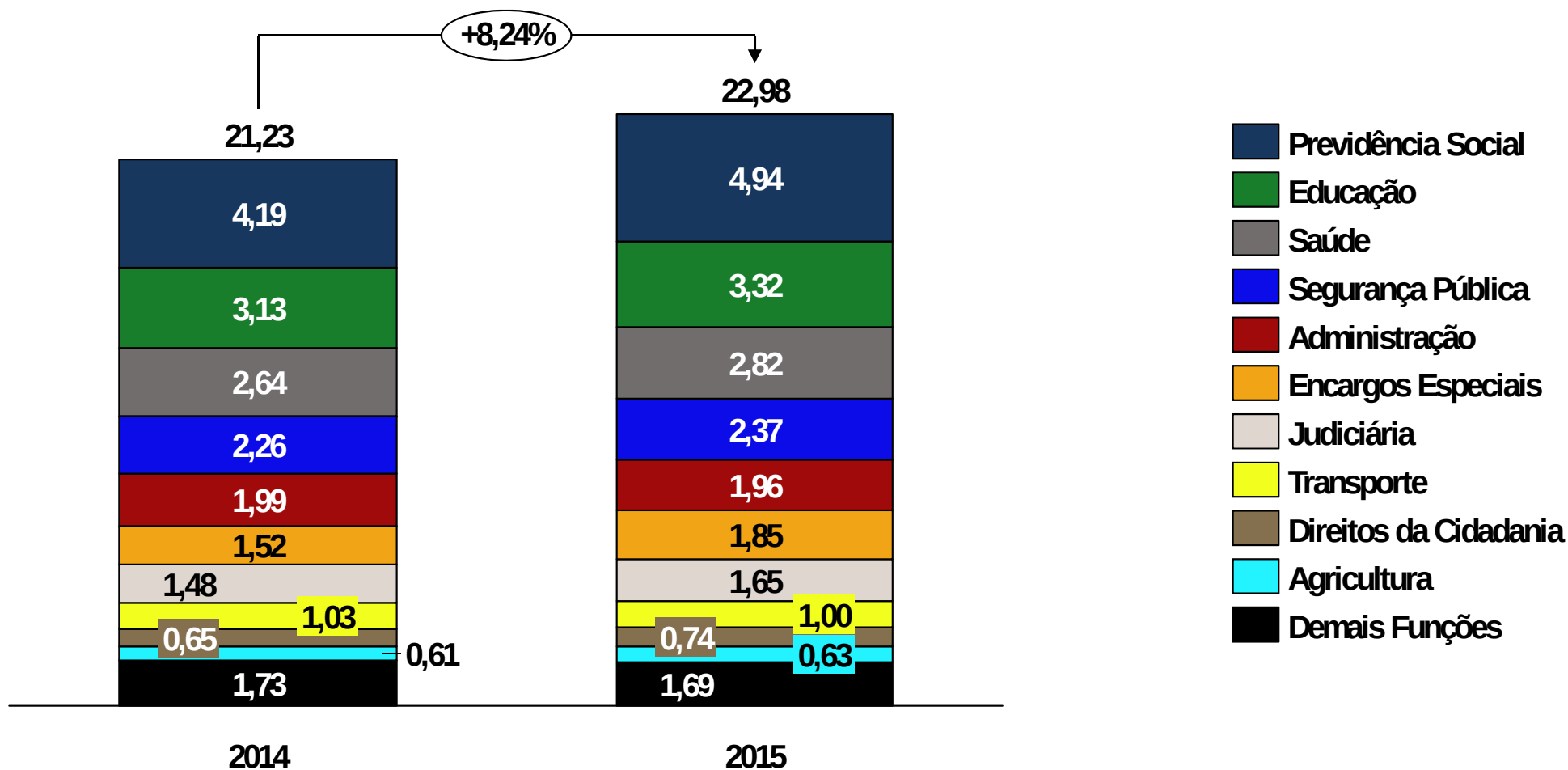


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Despesas por Função

Bilhões R\$

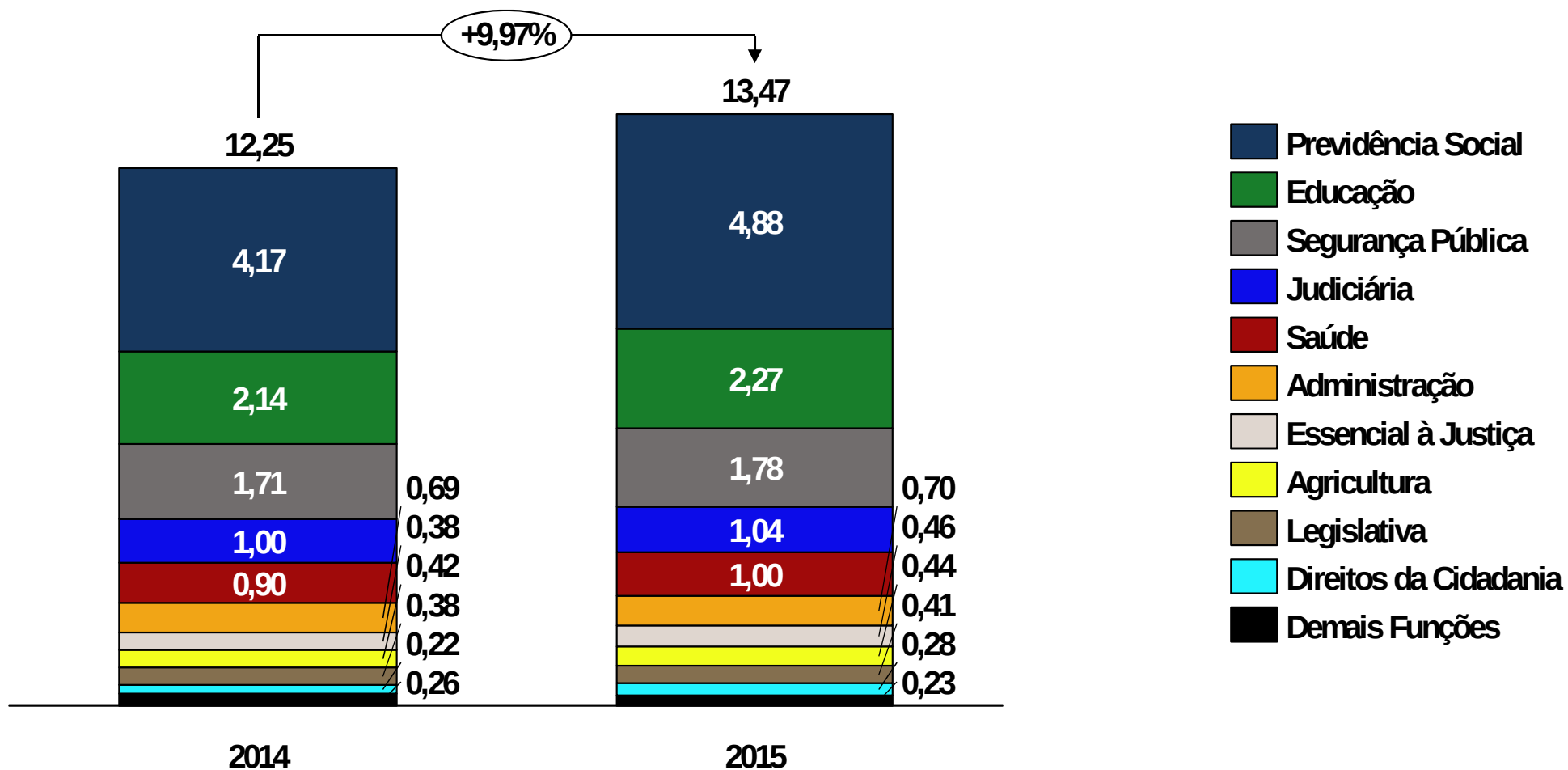


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Folha de Pagamento por Função

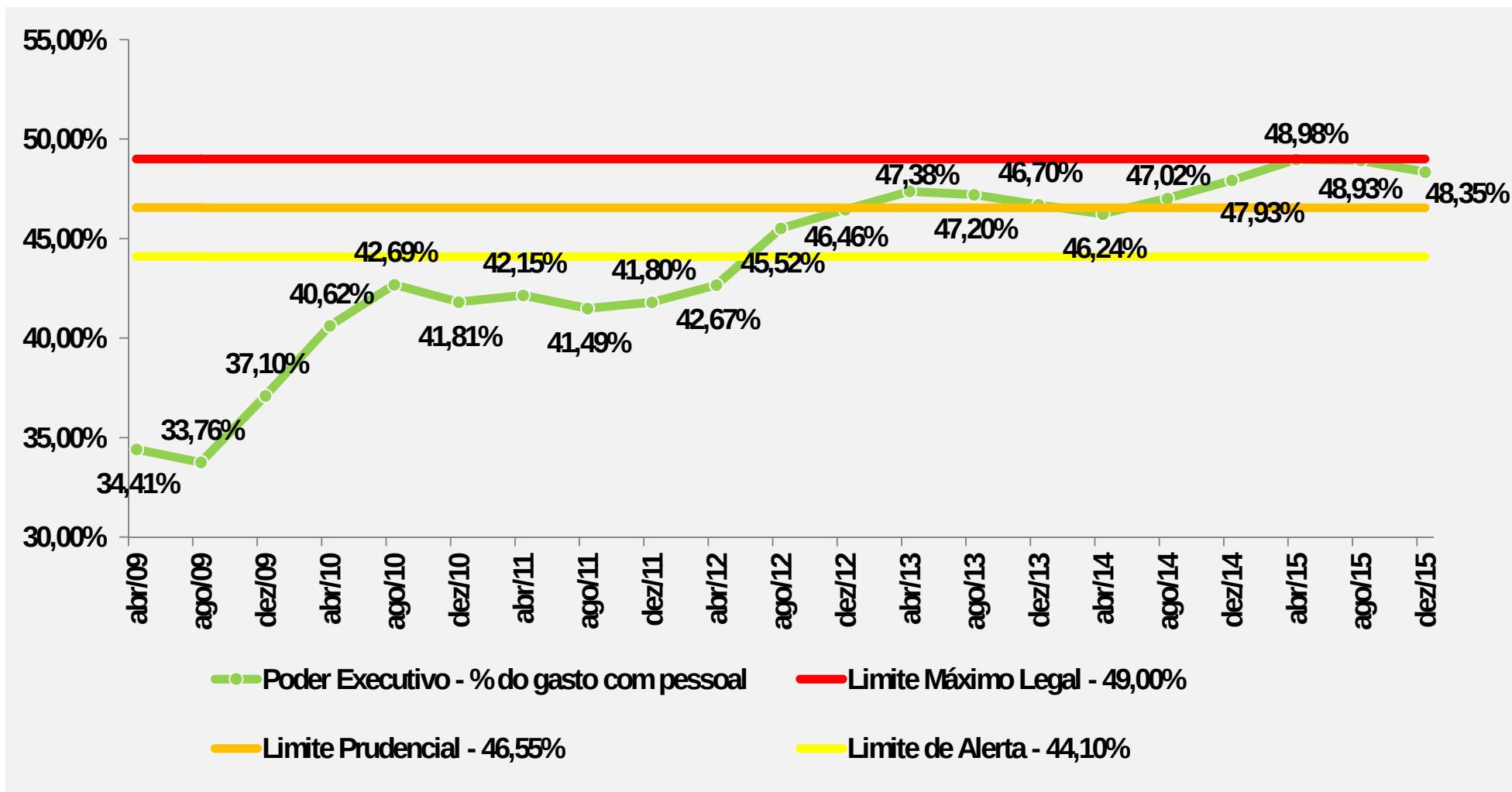
Bilhões R\$



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Gasto com Pessoal conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal

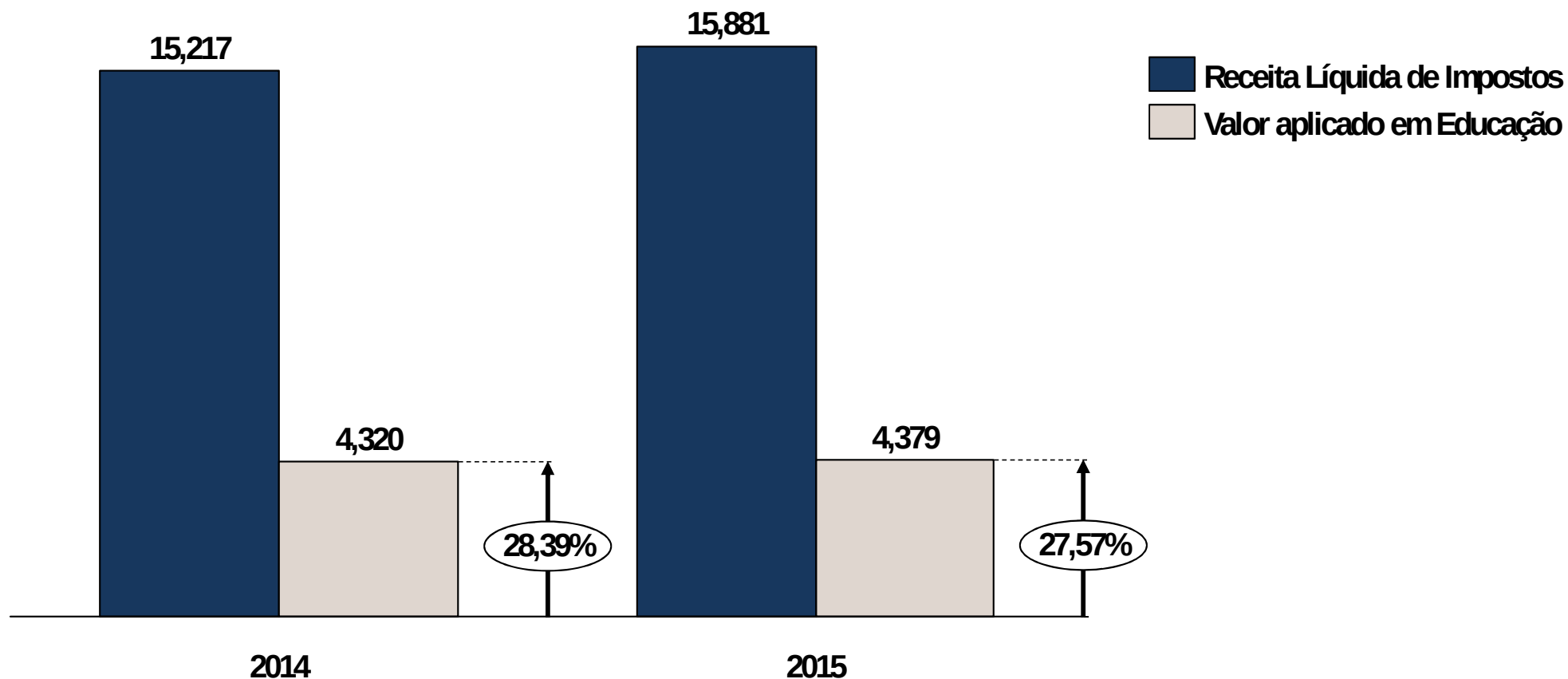


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Aplicação do Mínimo Constitucional em Educação

Bilhões R\$



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Aplicação em Educação nos últimos 5 anos

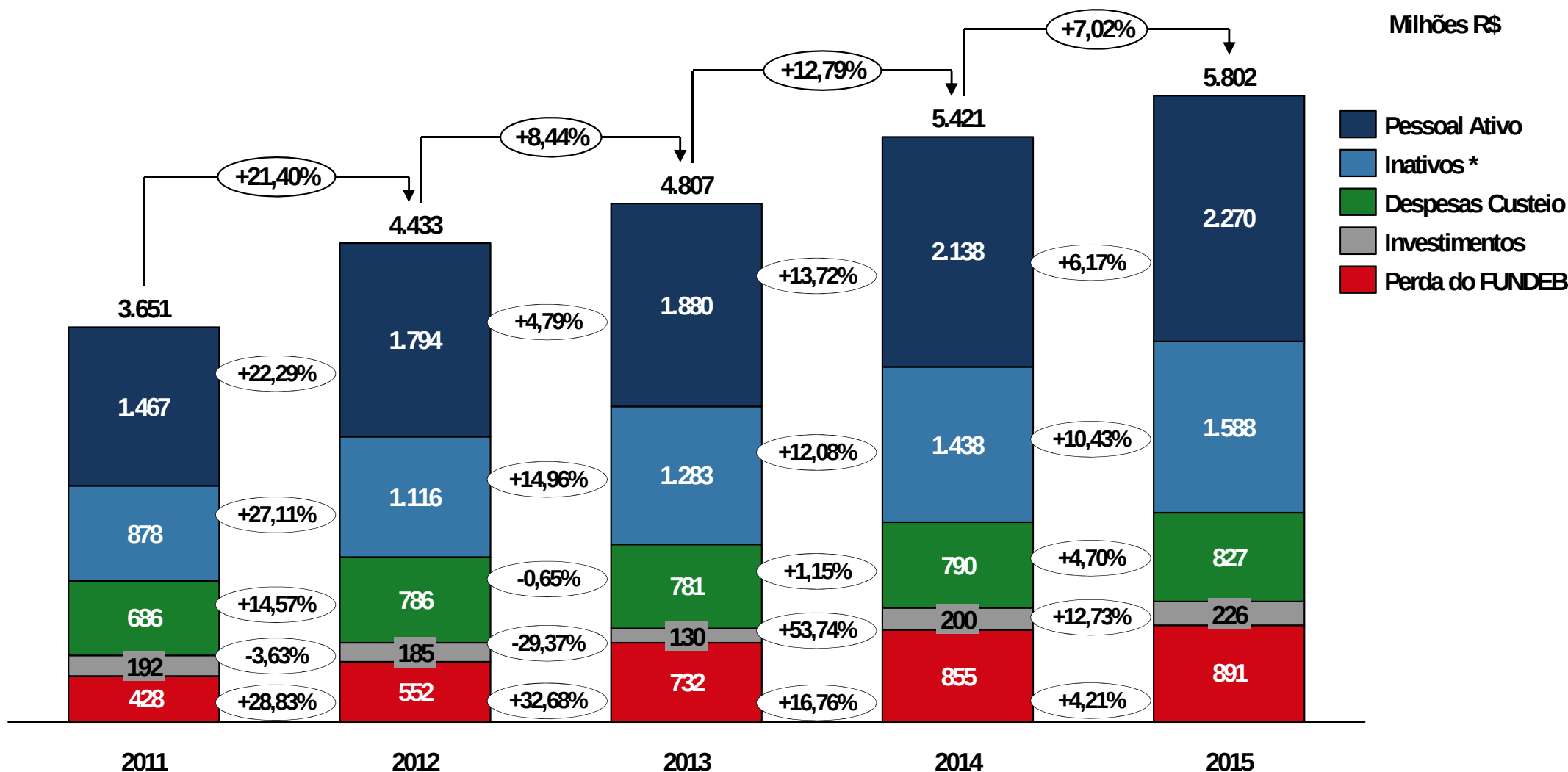
Milhões R\$

	2011	2012	2013	2014	2015
1 – Pessoal Ativo	1.467	1.794	1.880	2.138	2.270
2 – Despesas de Custeio	686	786	781	790	827
3 – Investimentos	192	185	130	200	226
4 – Subtotal (1 + 2 + 3)	2.345	2.765	2.791	3.128	3.323
5 – Pessoal Inativo	878	1.116	1.283	1.438	1.588
6 – Perda do FUNDEB	428	552	732	855	891
7 – Subtotal (5 + 6)	1.306	1.668	2.015	2.293	2.479
TOTAL GERAL (4 + 7)	3.651	4.433	4.807	5.421	5.802

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Aplicação em Educação nos últimos 5 anos

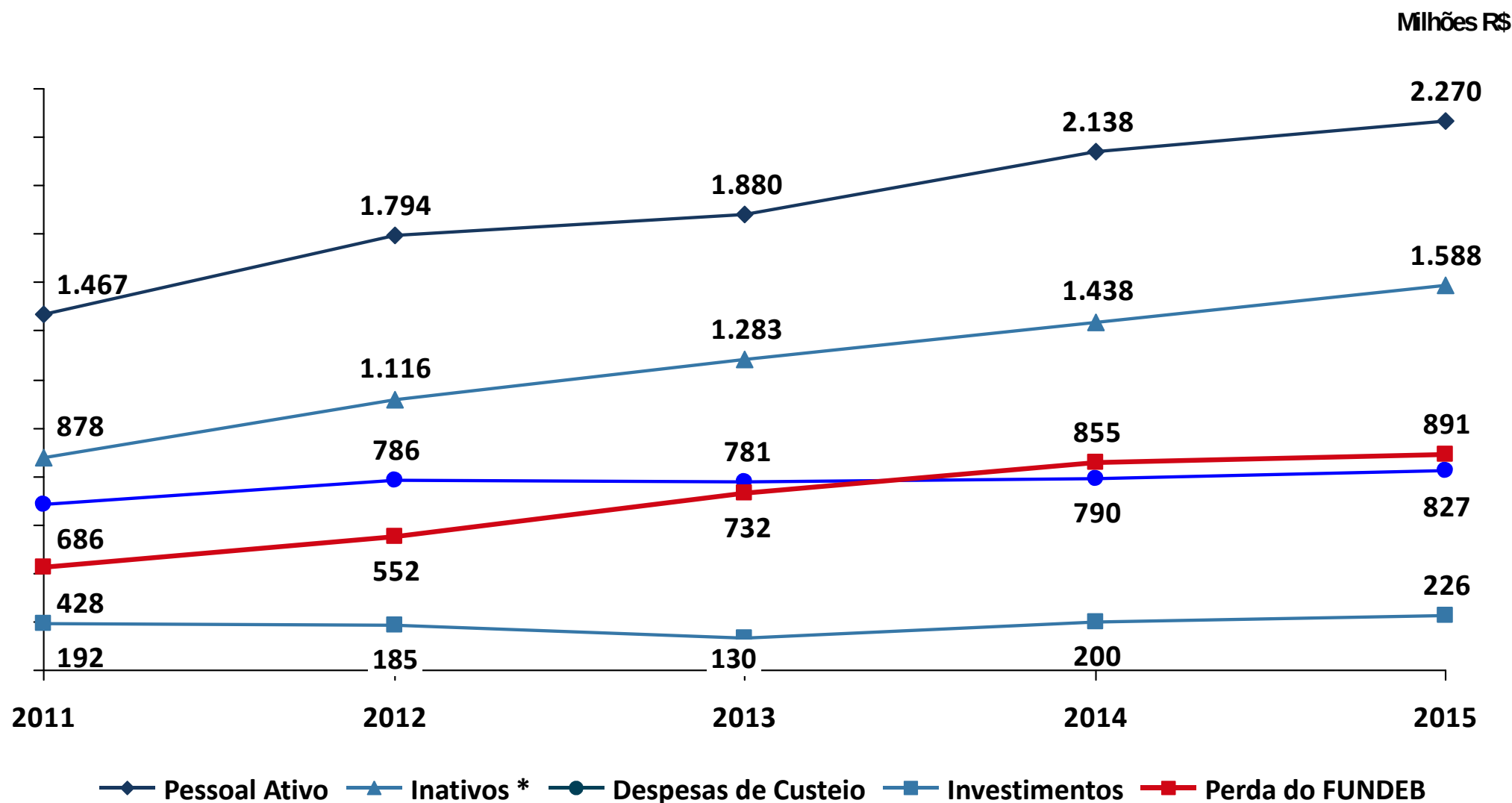


* Total das Despesas de Inativos da Educação pagas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina – RPPS/SC.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Aplicação em Educação nos últimos 5 anos

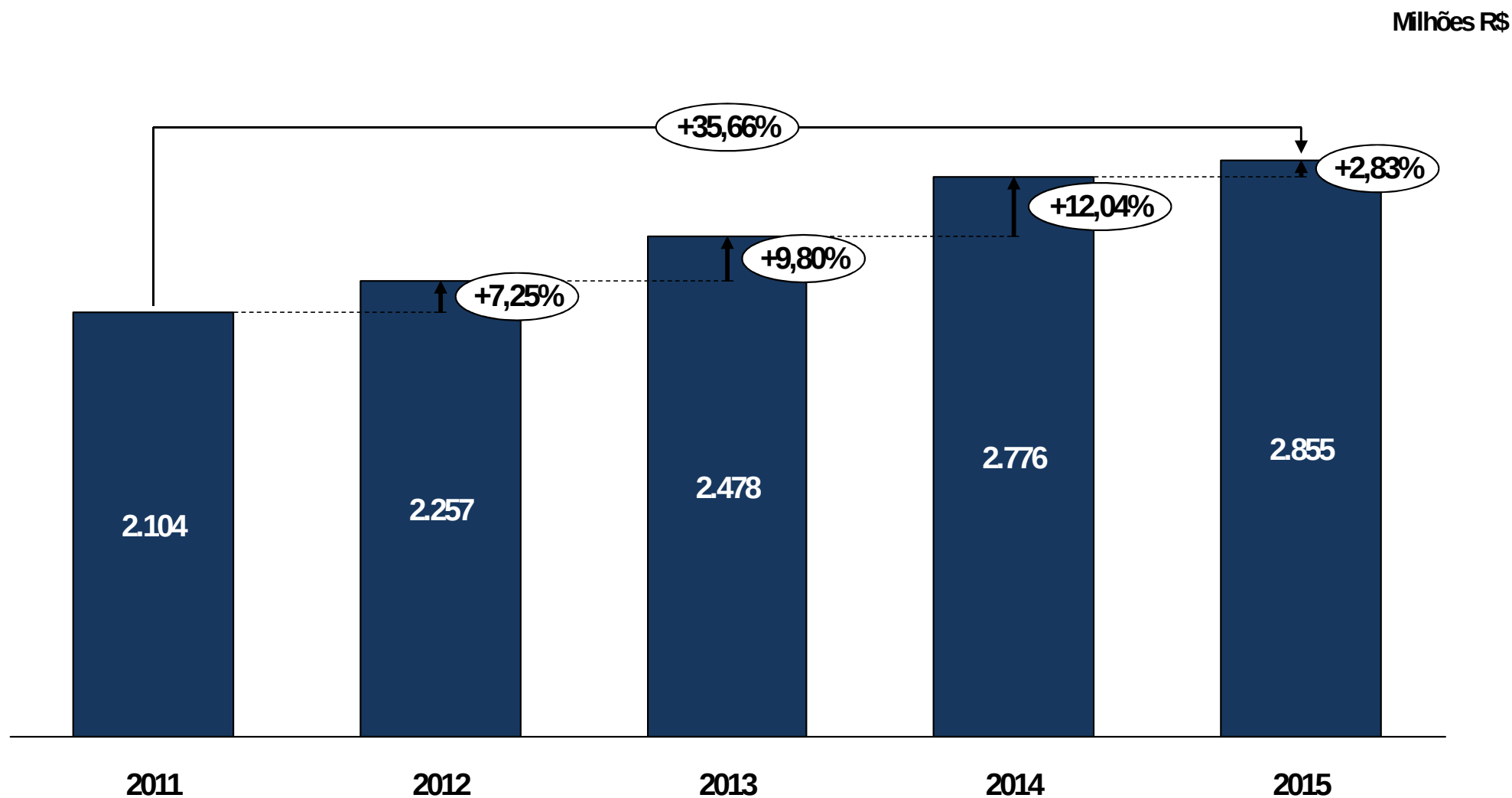


* Total das Despesas de Inativos da Educação pagas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina – RPPS/SC.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Repasse para formação do FUNDEB

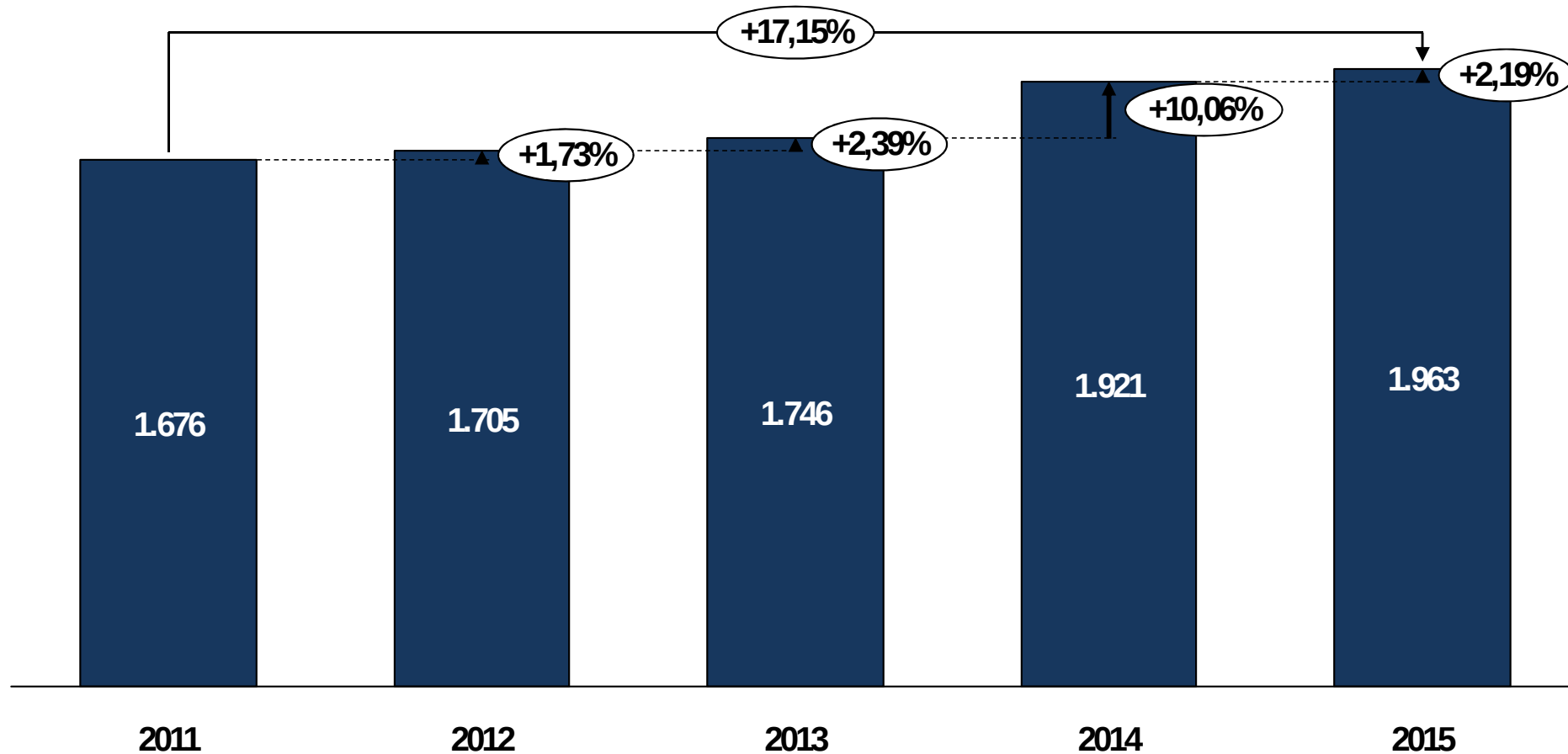


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Retorno do FUNDEB

Milhões R\$

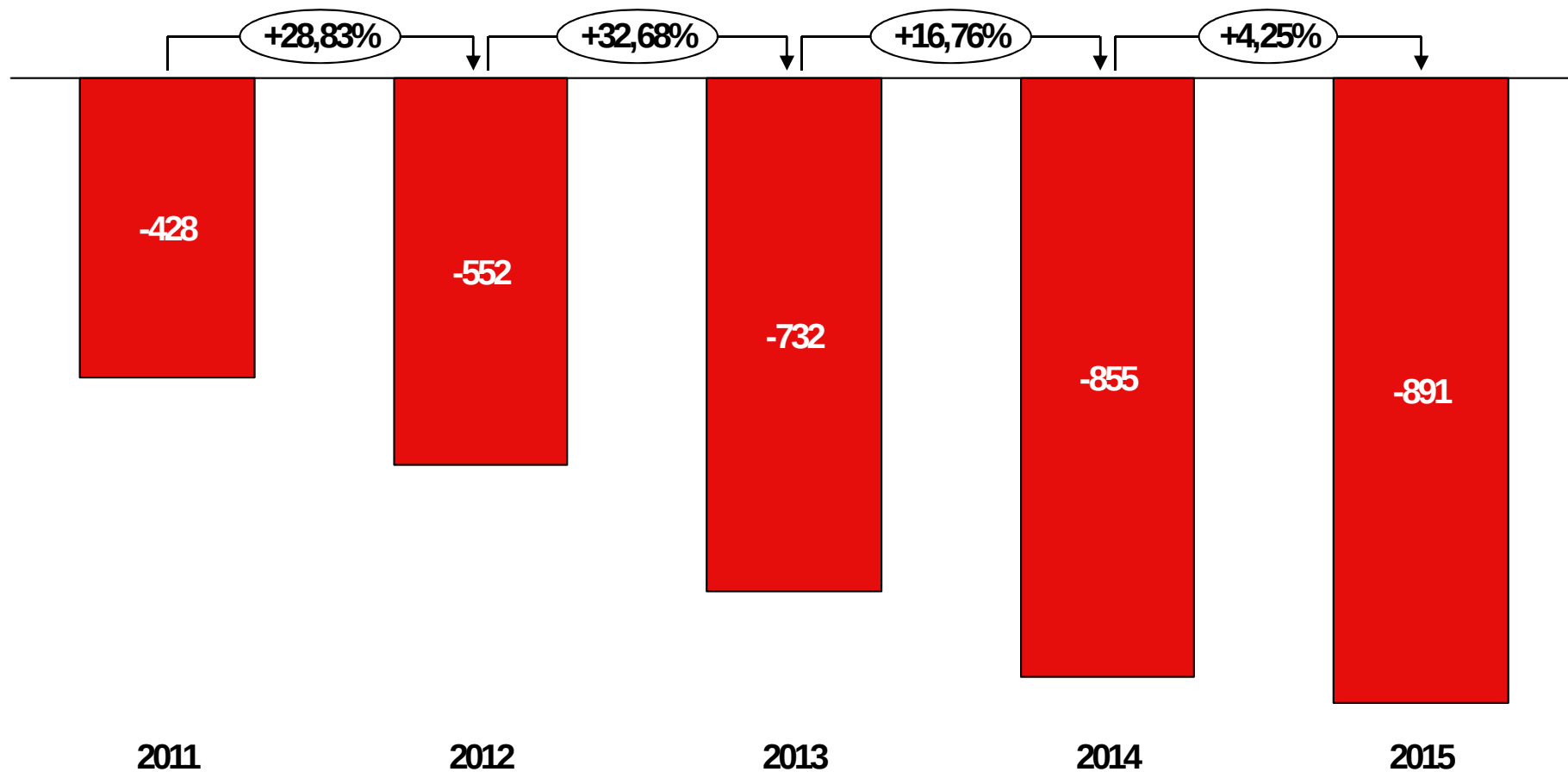


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Perda do FUNDEB

Milhões R\$

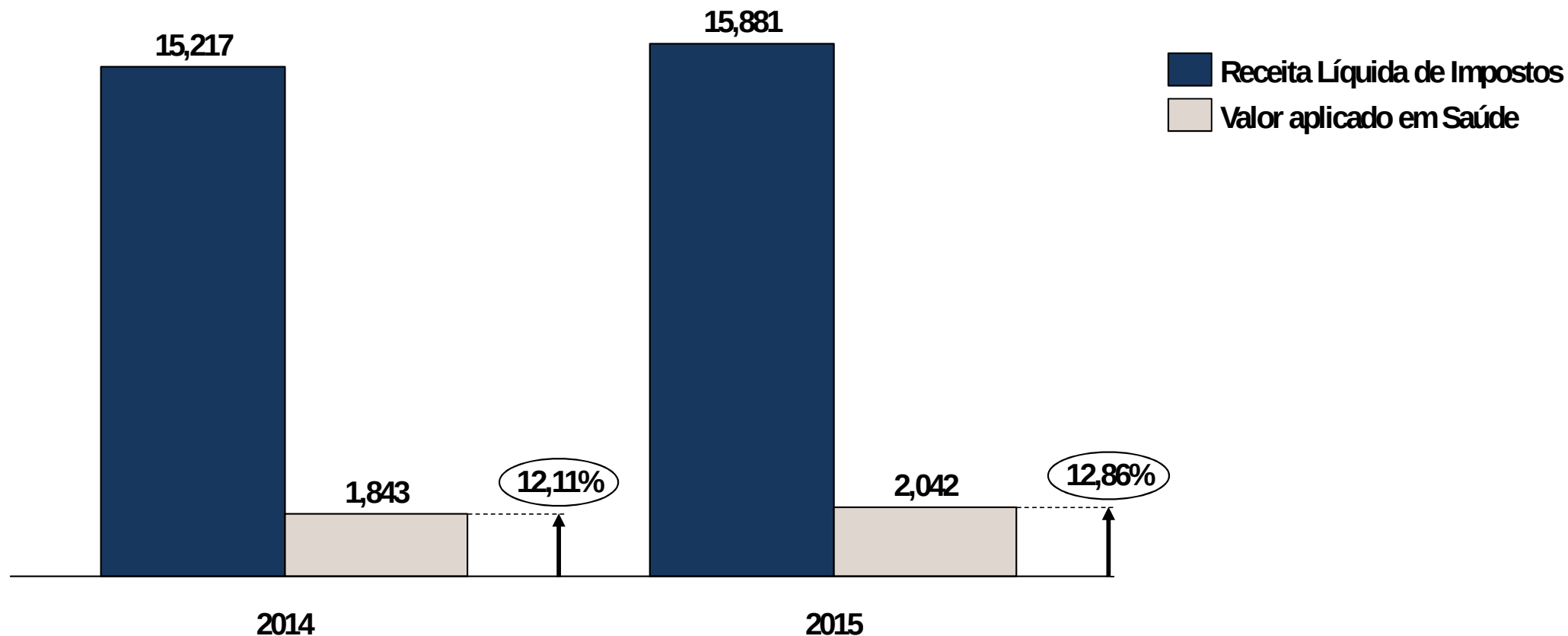


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Aplicação do Mínimo Constitucional em Saúde

Bilhões R\$

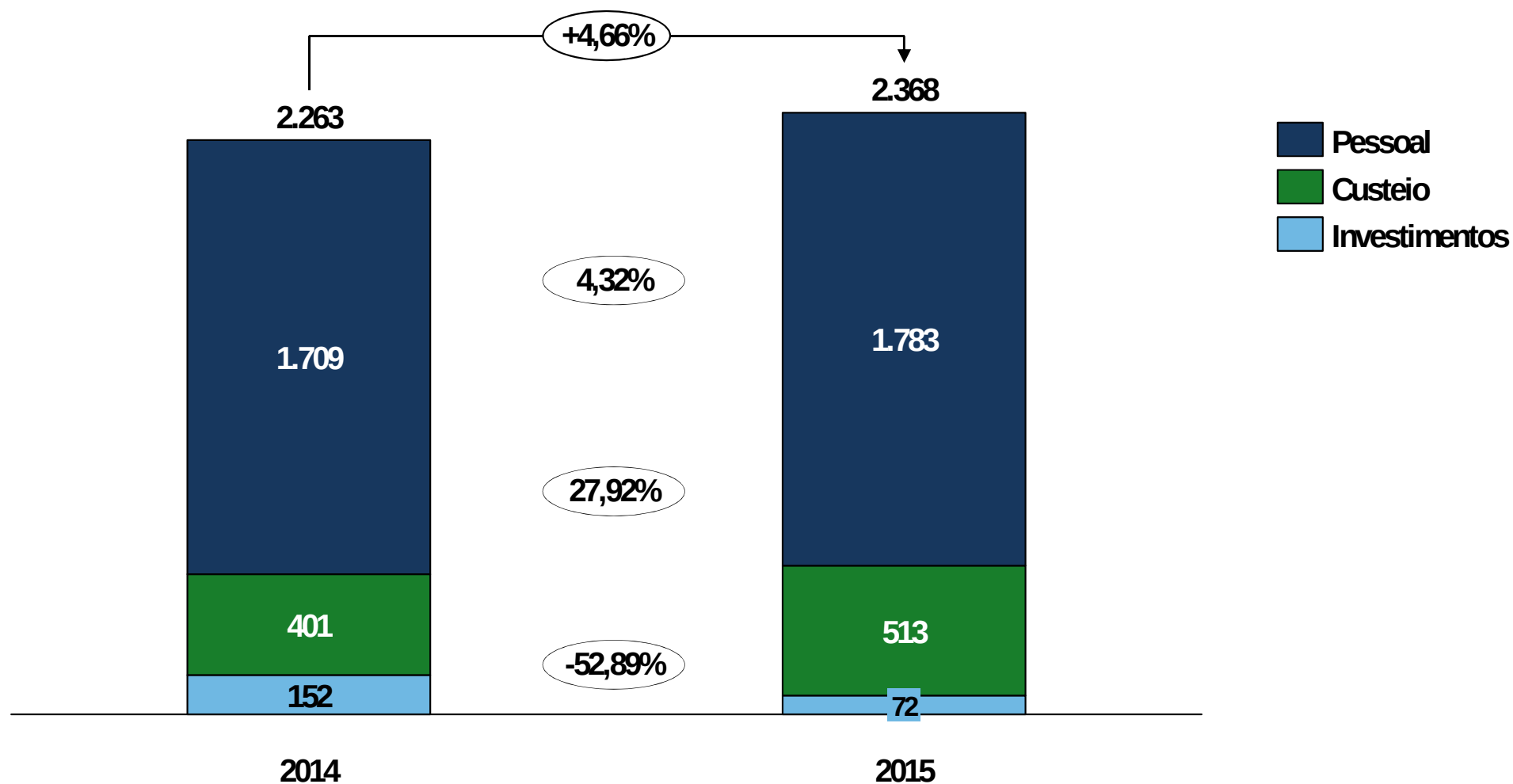


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Aplicação em Segurança Pública

Milhões R\$

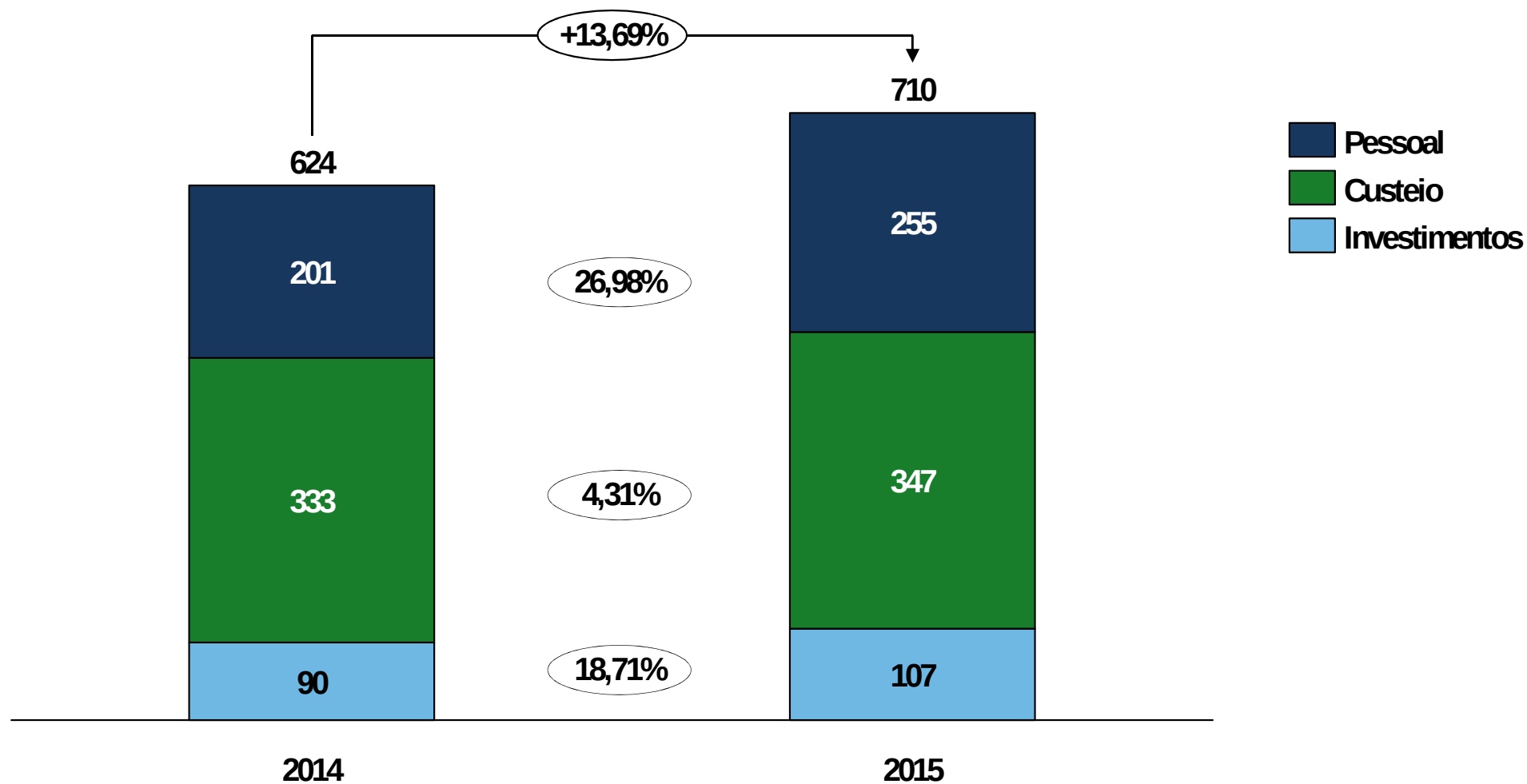


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Aplicação em Justiça e Cidadania

Milhões R\$

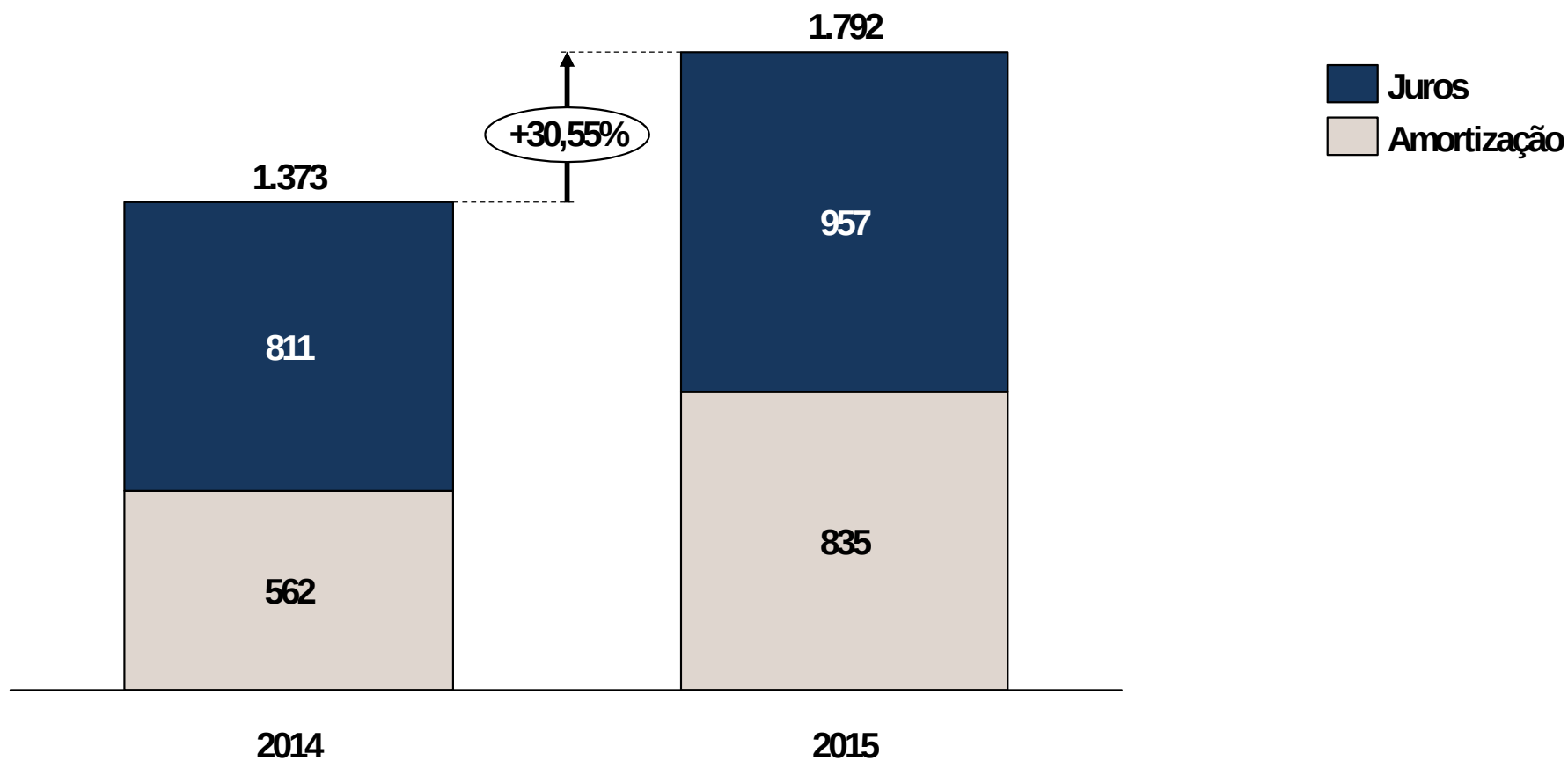


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Pagamento da Dívida Pública

Milhões R\$

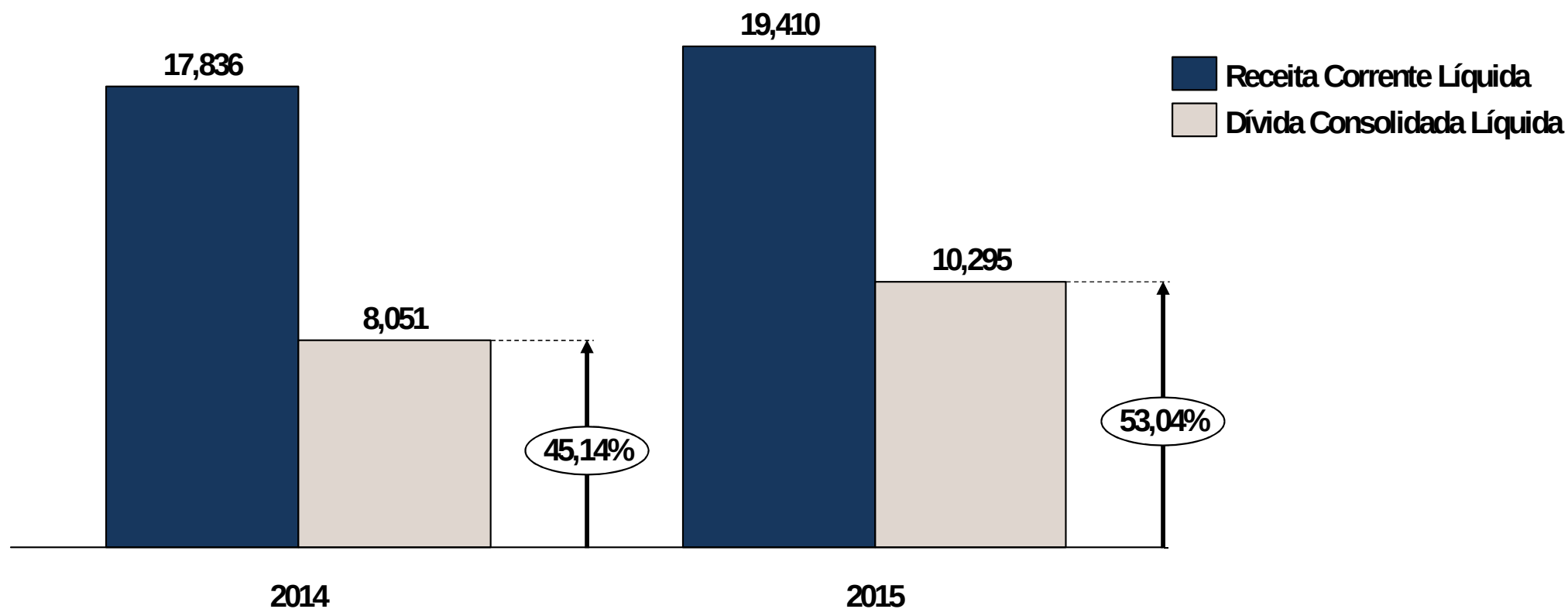


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Dívida Consolidada Líquida

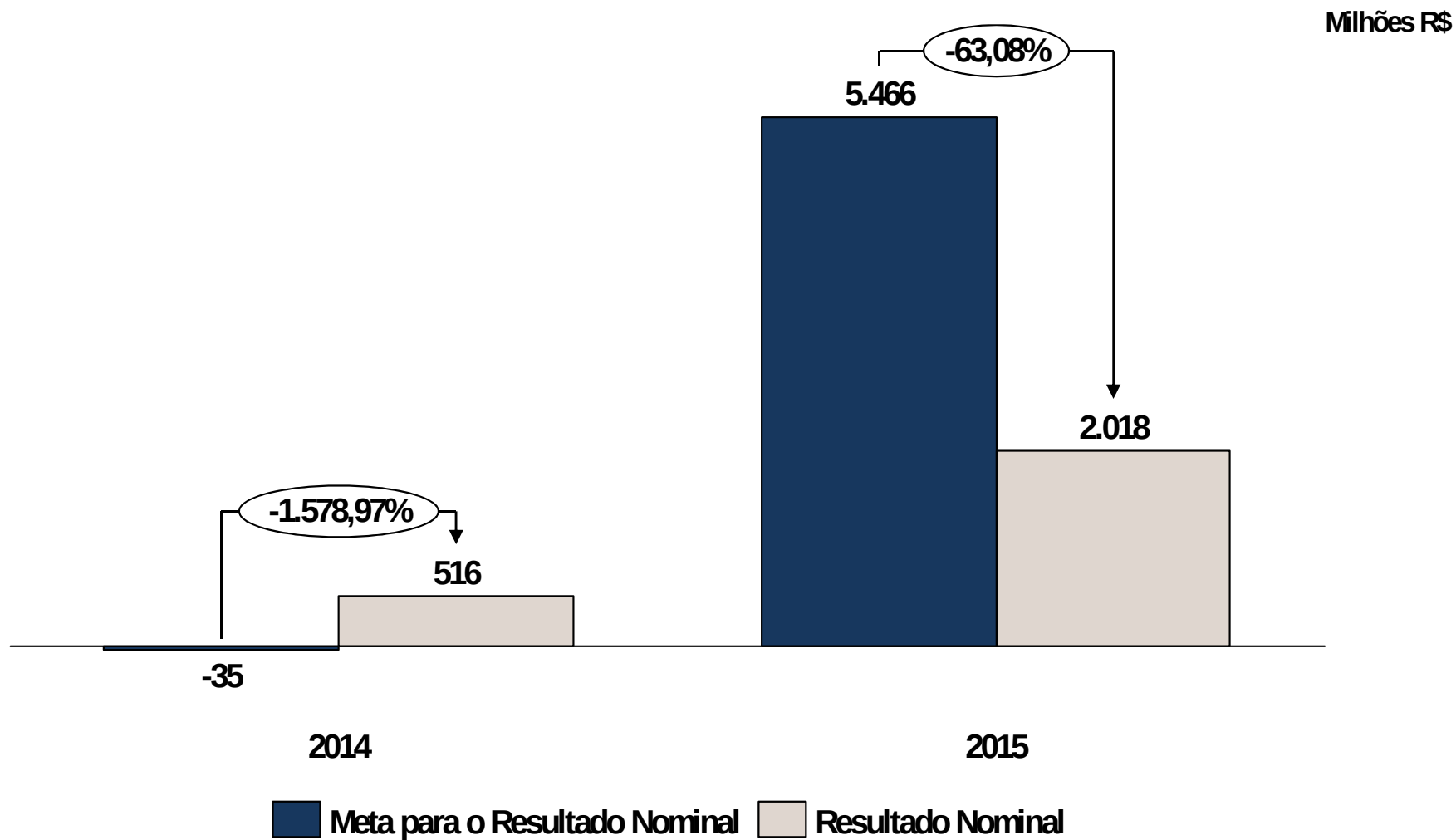
Bilhões R\$



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

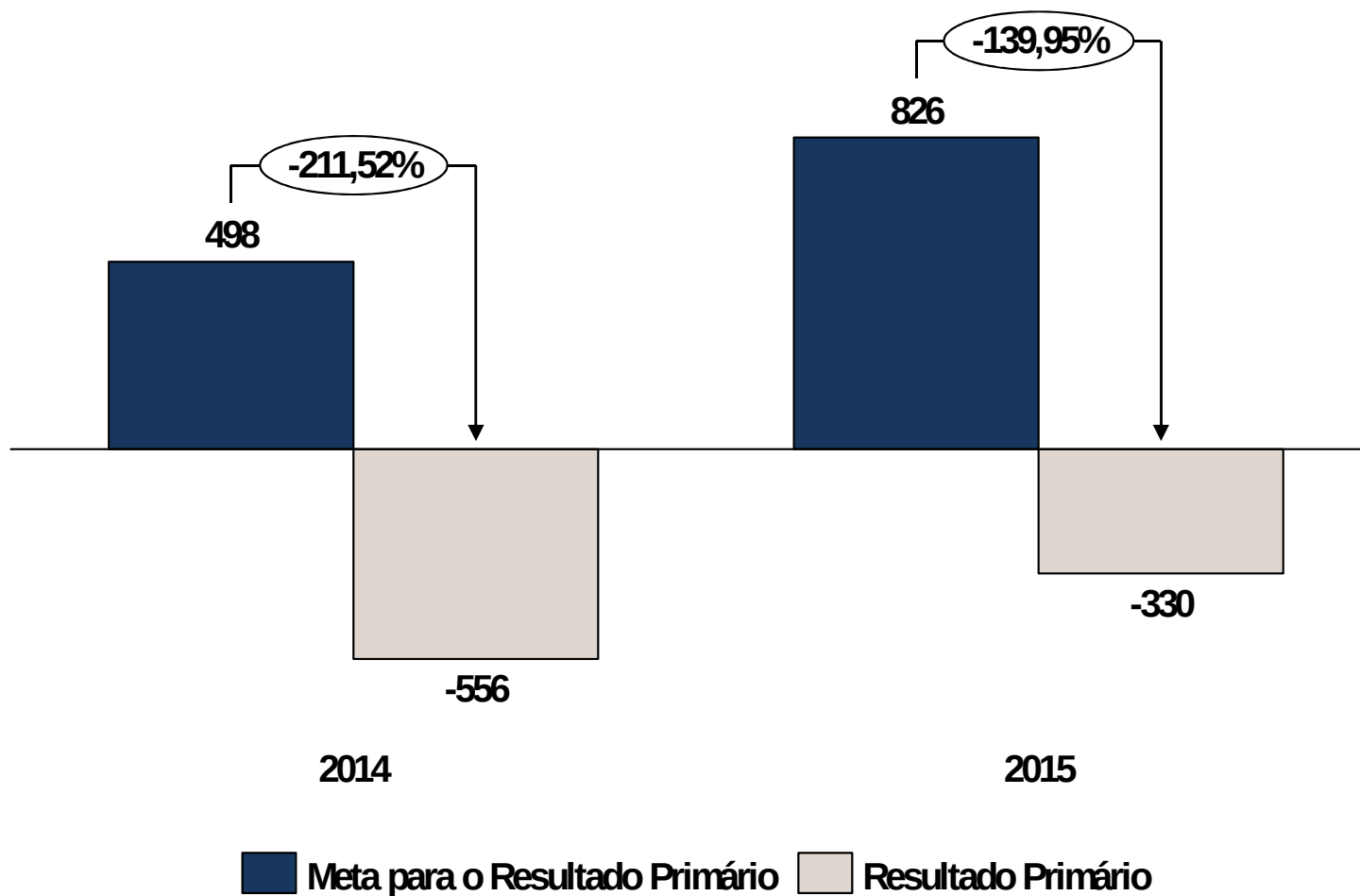


Resultado Nominal



Resultado Primário

Milhões R\$



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Restos a Pagar Consolidado

Milhões R\$

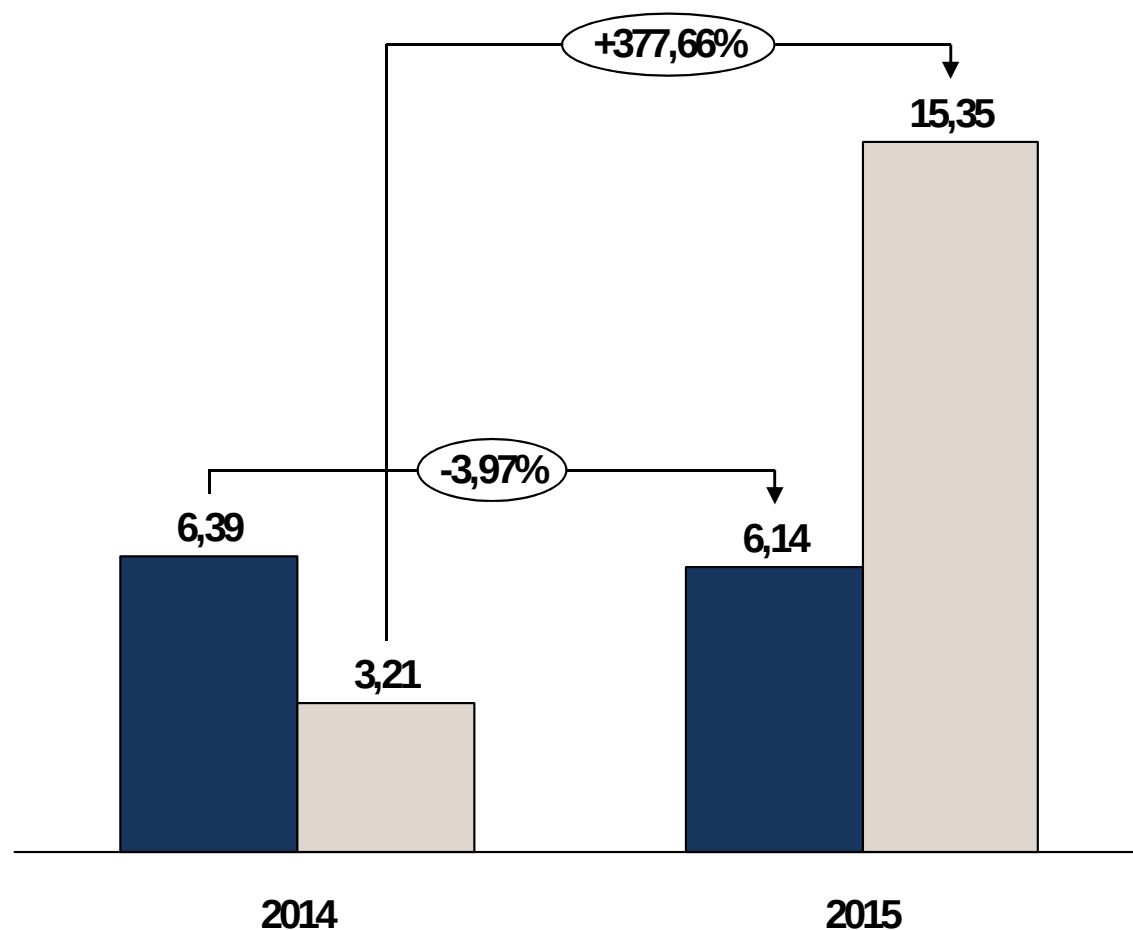
RESTOS A PAGAR									
PODER	Restos a Pagar Processados				Restos a Pagar Não Processados				
	Inscritos em 31/12/2014	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em 31/12/2014	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
EXECUTIVO	56,48	54,11	0,42	-	358,10	164,18	164,18	193,91	-
LEGISLATIVO	0,75	0,71	-	-	10,23	5,94	5,94	4,28	-
JUDICIÁRIO	-	-	-	-	56,45	36,14	36,14	20,32	-
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	-	-	-	12,97	4,88	4,88	8,09	-
TOTAL	57,23	54,81	0,42	-	437,75	211,14	211,14	226,60	-

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Milhões R\$



Regra: Lei de Responsabilidade Fiscal

Da Preservação do Patrimônio Público

Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

■ Receita Alienação Ativos

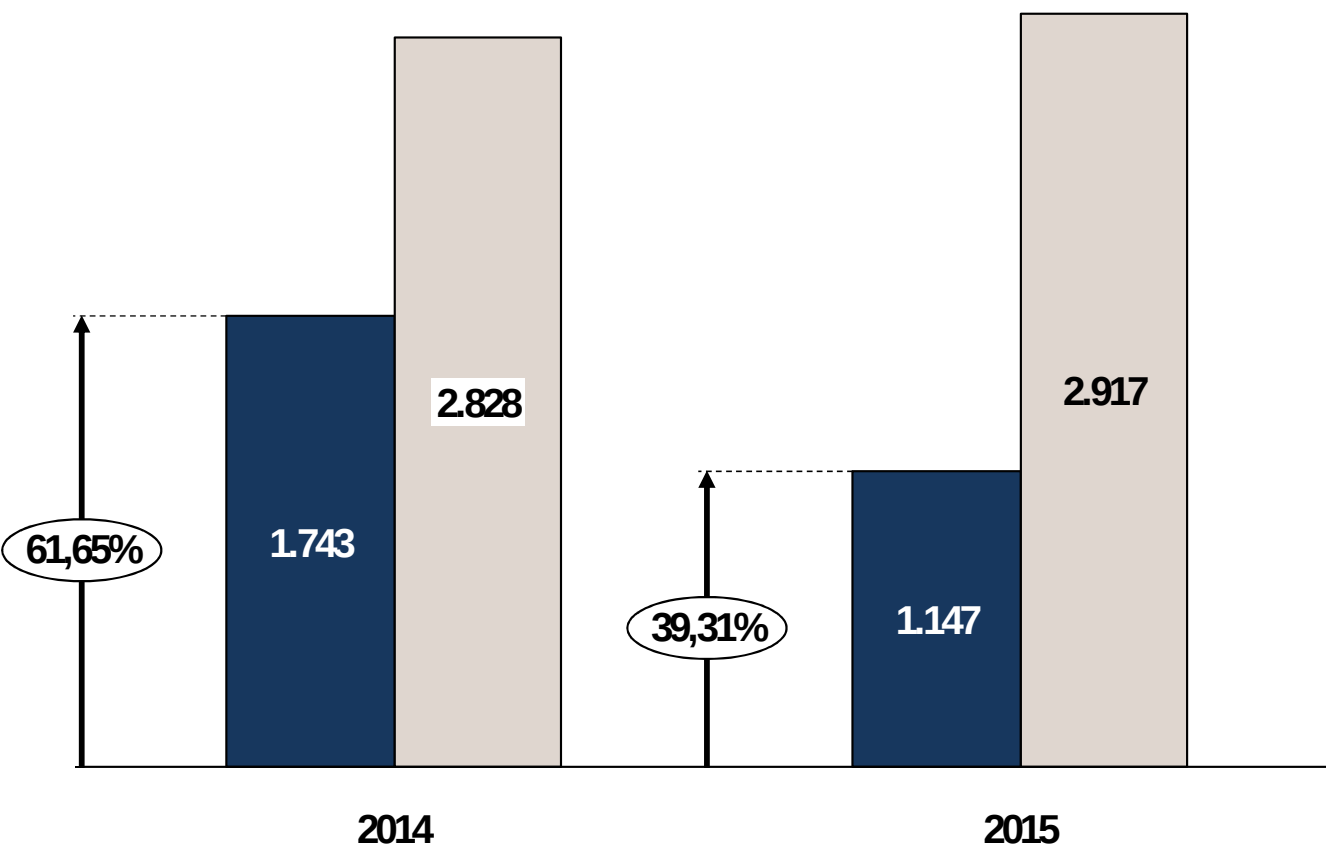
■ Aplicação em Despesas de Capital

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Operações de Crédito x Despesas de Capital

Milhões R\$



Regra: Constituição Federal

DOS ORÇAMENTOS

Art. 167. São vedados:

(...)

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

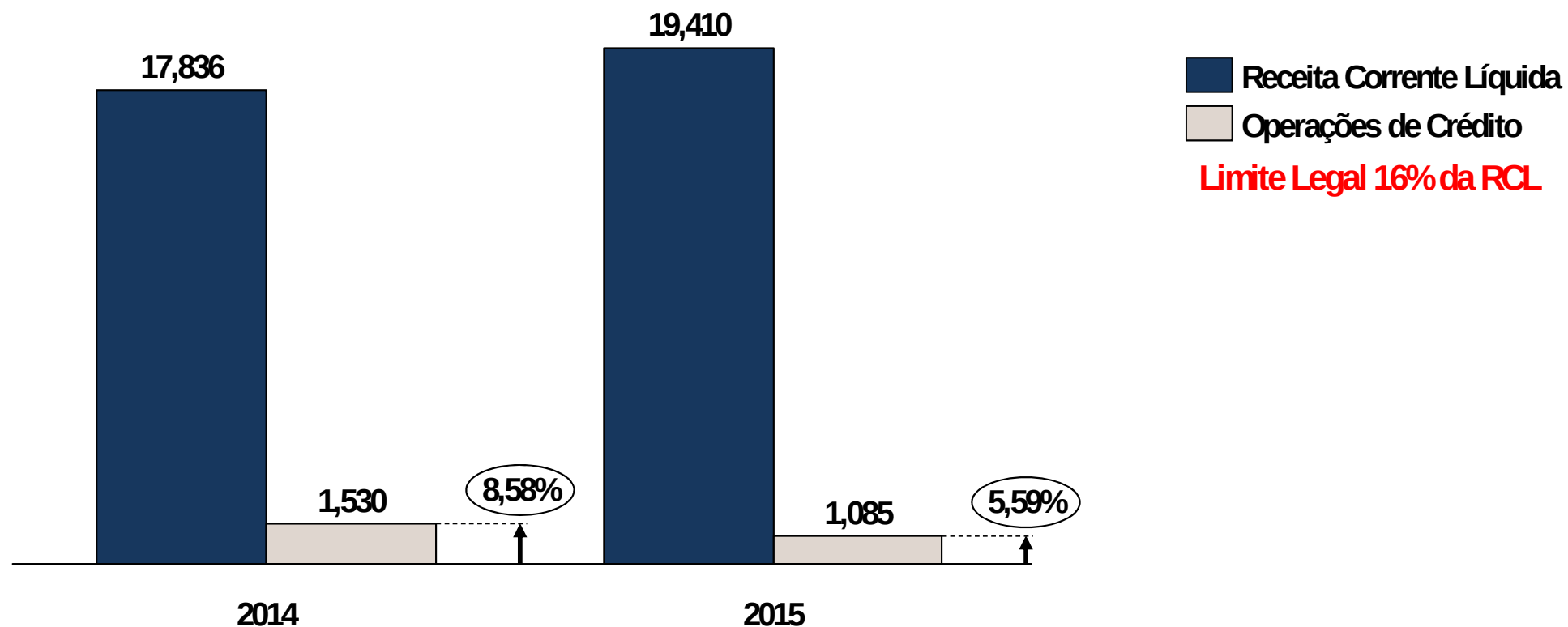
■ Receitas de Operações de Crédito
■ Despesas de Capital

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Operações de Crédito

Bilhões R\$



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Operações de Crédito Contratadas

	Milhões R\$	
	2014	2015
DÍVIDA INTERNA	1.618	928
<i>BNDES</i>	<i>1.164</i>	<i>209</i>
Financiamento PMAE *	5	2
Financiamento PMAE Gestão II *	-	9
Programa Caminhos do Desenvolvimento *	194	38
Programa Acelera Santa Catarina	954	151
Sistema de Transporte de Joinville	11	9
<i>BANCO DO BRASIL</i>	<i>454</i>	<i>719</i>
Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres	364	419
Pacto por Santa Catarina	90	300
DÍVIDA EXTERNA	125	219
Financiamento BIRD Microbacias	2	-
Financiamento Projeto Santa Catarina Rural Microbacias III	22	107
Programa BID V e VI	87	85
Profisco BID *	14	13
Programa de Integração Regional – CAF	-	15
TOTAL	1.743	1.147

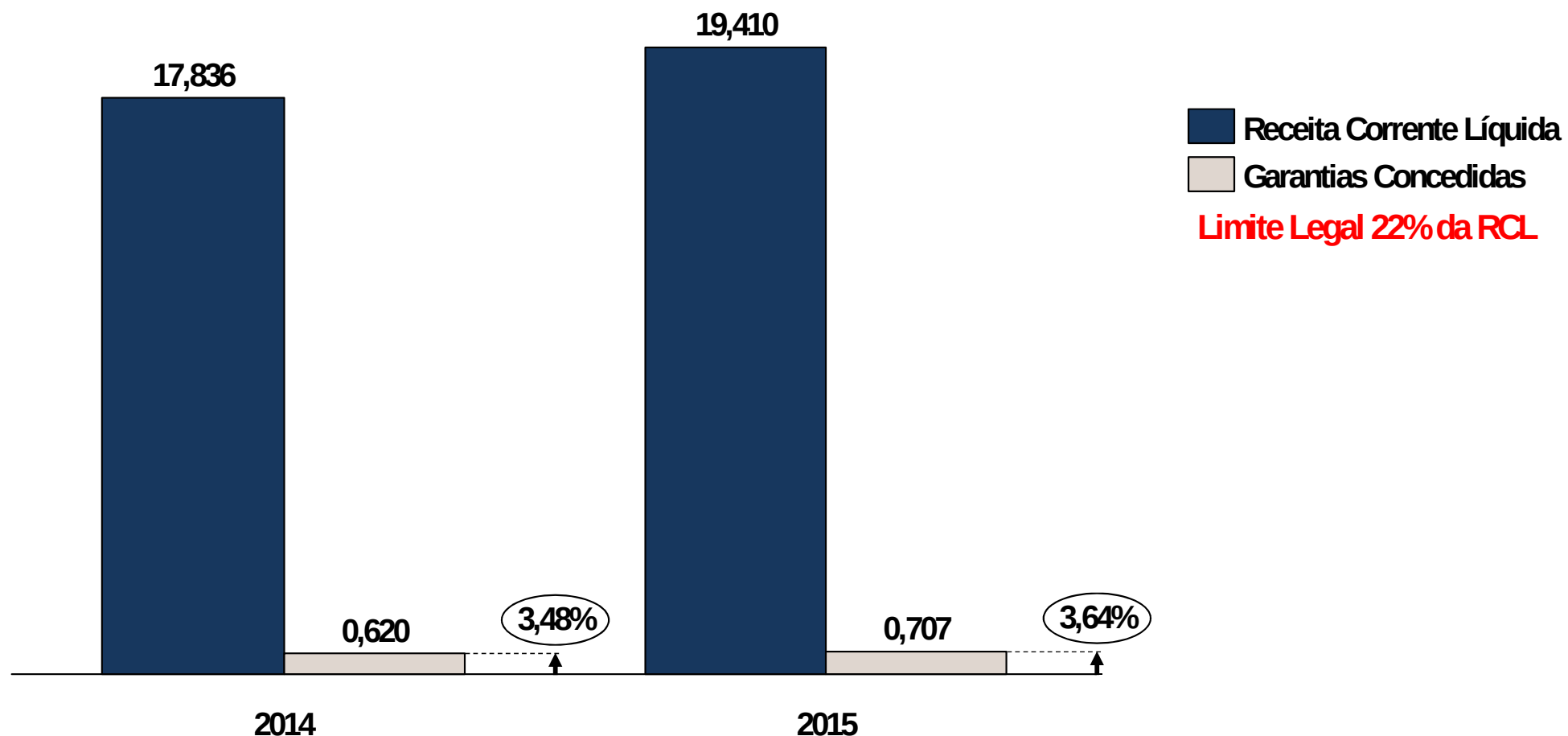
* As operações de crédito destacadas não estão sujeitas ao limite legal imposto pela LRF para contratação (16% da RCL).

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas

Bilhões R\$



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Disponibilidade de Caixa - Consolidado

Milhões R\$

	31/12/2014	31/12/2015	Variação (%) 2014/2015
1 - Disponibilidade de Caixa Bruta	7.769	8.730	12%
(-) 1.1 - Obrigações Financeiras	4.387	5.225	19%
(-) 1.2 - Restos a Pagar Processados	57	192	237%
(-) 1.3 - Restos a Pagar Não Processados	438	0	-100%
2 - Disponibilidade de Caixa Líquida	2.887	3.314	15%

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Disponibilidade de Caixa - Executivo

Milhões R\$

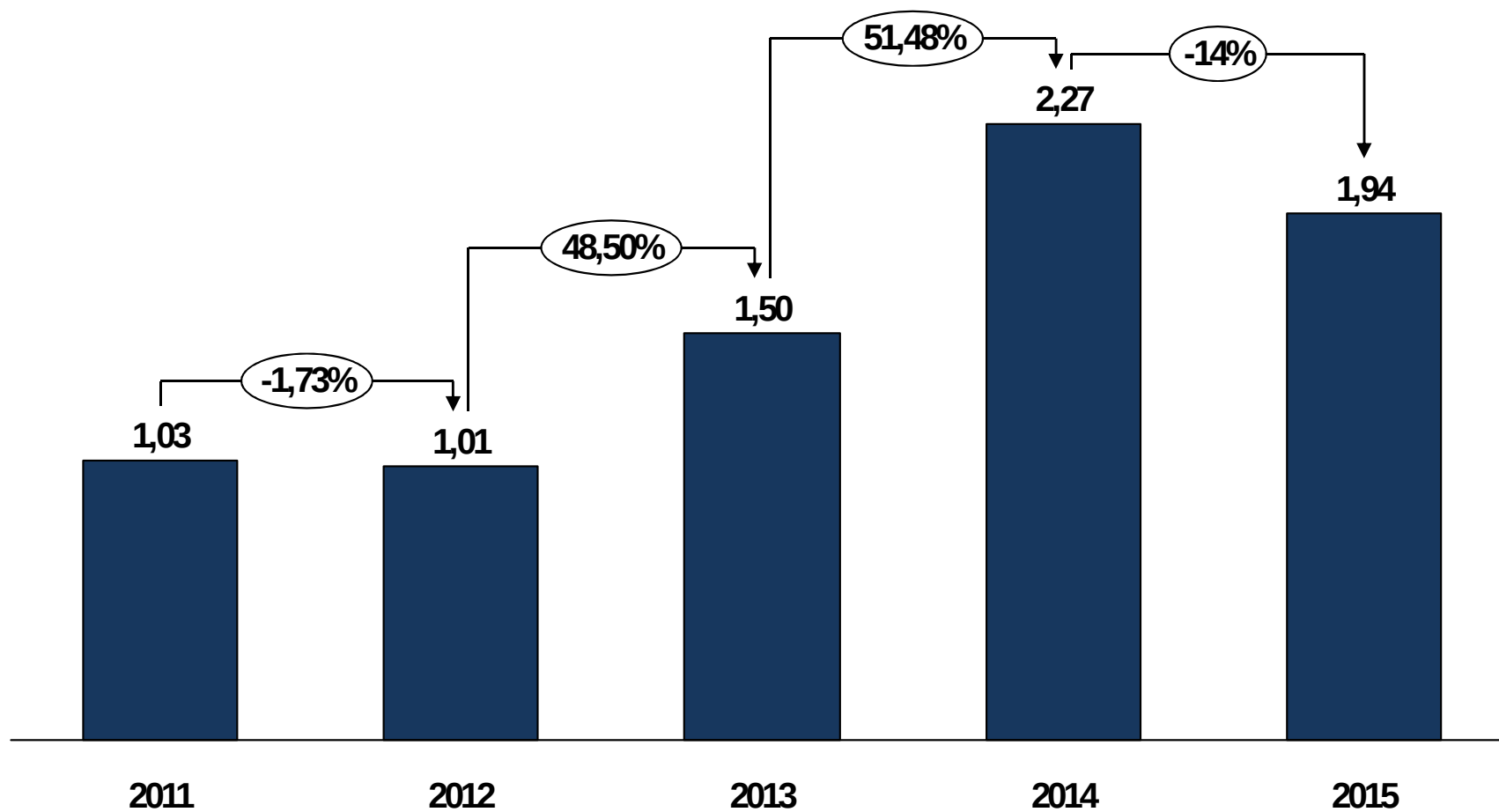
	31/12/2014	31/12/2015	Variação (%) 2014/2015
1 - Disponibilidade de Caixa Bruta	3.028	2.996	-1%
(-) 1.1 - Obrigações Financeiras	240	156	-35%
(-) 1.2 - Restos a Pagar Processados	56	190	239%
(-) 1.3 - Restos a Pagar Não Processados	358	0	-100%
2 - Disponibilidade de Caixa Líquida	2.374	2.651	12%

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Investimentos

Bilhões R\$



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Acesso à Chapecó

71



Elevado de Canasvieiras

72



Revitalização da SC - 57



SC - 436



SC - 478



SC - 480



SC – 427 (Taió)



Escola João Colodel (Turvo)



Escola Plácido Olímpio de Oliveira



Entrega ônibus escolares - Florianópolis



Terminal Rita Maria - Florianópolis



Kit de Transposição de Obstáculos – Santiago do Sul



FUNDAM

FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS



Arabutã



Guaraciaba

FUNDAM
FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS



Campos Novos



Maravilha



Criciúma



Taió

FUNDAM
FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS





Irineópolis

FUNDAM
FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS



Itaiópolis



Treviso





GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Fazenda

